



FILIPA FIGUEIREDO FILIPE

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO CENTRO DE
ARBITRAGEM COMERCIAL DA CÂMARA DE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA**

Relatório com vista à obtenção do grau de Mestre
em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

Orientadora:

Doutora Mariana França Gouveia, Professora da Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Junho, 2015

Filipa Figueiredo Filipe

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO CENTRO DE
ARBITRAGEM COMERCIAL DA CÂMARA DE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA**

Relatório com vista à obtenção do grau de Mestre
em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

Orientadora:

Doutora Mariana França Gouveia, Professora da Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Junho, 2015

Declaração de Compromisso de Anti-Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.¹

Lisboa, 4 de Junho de 2015

X

Filipa Figueiredo Filipe
Aluna

¹ De acordo com a exigência de Declaração de Anti-plágio, consagrado no artigo 20-A do regulamento do Segundo Ciclo dos Estudos Conducentes ao Grau de Mestre em Direito.

Lista de Abreviaturas:

APA – Associação Portuguesa de Arbitragem

CAC – Centro de Arbitragem Comercial

CCIP – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa

ICC – International Commerce Center

ILA – International Law Association

O corpo do relatório soma 145, 361 caracteres, incluindo espaços e notas.

Resumo

O presente relatório é o resultado do estágio de seis meses efetuado entre setembro de 2014 e fevereiro de 2015 no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. O presente texto descreve as diversas atividades desenvolvidas durante o período do estágio, assim como uma análise teórica do instituto de arbitragens paralelas. Foi também efetuada uma atualização de dados recolhidos sobre processos arbitrais do Centro de Arbitragem já terminados, entre os anos 1990 e 2015, e adicionados dados novos, sobre as diferentes pessoas jurídicas que recorrem ao CAC, tanto em arbitragens institucionalizadas como arbitragens *ad hoc*.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado no âmbito do estágio curricular, com vista à conclusão do Mestrado de Direito na área de Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. O estágio teve lugar no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, com início no mês de Setembro de 2014 e respetiva conclusão no mês de Fevereiro de 2015.

Uma vez finalizada a componente letiva do Mestrado e perante a indecisão entre realizar o tradicional período de pesquisa e respetiva elaboração de tese ou enverdar por uma vertente mais prática, foi-me proporcionada a oportunidade de completar o Mestrado através da realização de um estágio curricular no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC), seguido da elaboração de um relatório.

O meu percurso ao longo do Mestrado inevitavelmente imbuíu em mim a pretensão de adquirir mais experiência e conhecimento na área de Resolução Alternativa de Litígios. Este estágio no CAC verificou-se oportuno para atingir os meus objetivos, pois considero que a melhor forma de compreender verdadeiramente uma área do Direito é trabalhar no seu contexto, procurando apreender o máximo possível através da prática. Consequentemente, o estágio curricular revelou-se benéfico por representar uma oportunidade para entrar em contacto com o mercado de trabalho, por demonstrar ser um veículo eficaz para a complementação e aperfeiçoamento das competências adquiridas por mim durante a vertente letiva do Mestrado, assim como também permitir uma inserção direta na área em que pretendo especializar-me.

E foi exatamente esta busca pela aquisição de novas competências, assim como a consolidação das já detidas por mim, que me levou a procurar um estágio no Centro de Arbitragem, meta esta que considero ter alcançado e espero que seja apreensível através do presente Relatório de Estágio Curricular.

Em adição ao ganho de uma perceção mais aprofundada do funcionamento do mundo da arbitragem, tinha o desejo de alargar o meu

conhecimento teórico quanto aos diversos papéis das indivíduos envolvidos no processo arbitral e a sua fulcral importância.

Outro objetivo que tinha presente antes do início do estágio era o de desenvolver um tema que considerasse relevante, ou seja, o propósito deste estudo seria o de, ao entrar em contacto com as mesmas, poder explorar as práticas arbitrais desconhecidas de forma a compreender melhor a arbitragem num todo.

Sendo assim, este relatório irá concentrar-se em três questões fundamentais – as atividades desenvolvidas durante o estágio; uma análise dos processos paralelos; e a análise de dados recolhidos.

Em primeiro lugar, concentrar-se-á no trabalho que elaborei e em que participei durante o período do estágio, observando a atividade do Centro de Arbitragem Comercial, com especial atenção na importância do Secretariado durante um processo arbitral. Este ponto prende-se pelo facto de que durante a discussão e planeamento quanto à forma de obter melhor aproveitamento do estágio, foi-me aconselhado que observasse as situações práticas que ocorrem ao longo de um processo arbitral e as analisasse a fim de elaborar um bom relatório.

Em segundo lugar, procurei, então, encontrar situações que se afigurassem relevantes para a Arbitragem Comercial. Contudo, concentrei-me apenas numa questão, por motivos de controlo de tempo e para a melhor conseguir aprofundar. O objetivo da questão problematizada neste relatório não é o de criar novas soluções, mas o de discutir hipóteses de solução.

O tema escolhido foi o de processos paralelos. Este tema, por ser diferente de qualquer outro que me tenha sido apresentado durante o estágio e o meu estudo académico da arbitragem, pareceu-me um desafio interessante.

Não obstante tratar-se de um problema que ocorre poucas vezes, a sua análise teórica, à luz da jurisprudência europeia e da doutrina nacional, revelou-se enriquecedora.

Por último, foi-me sugerido que continuasse a pesquisa do Mestre Rodrigo Caldeira, que realizou, também, um estágio no CAC. Deste modo, irei analisar a informação adicional requerida e atualizar as suas conclusões com base nos dados levantados sobre as decisões proferidas no Centro de Arbitragem

Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre os anos de 1990 e 2014.

1. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório do estágio divide-se em três secções – uma primeira parte, em que será relatado o trabalho efectuado e será feita uma exposição das atividades desenvolvidas; uma análise sumária de arbitragens paralelas, exemplificadas por uma situação observada; e, por fim, a análise da informação recolhida durante o estágio, com a finalidade da atualização dos dados.

A primeira parte do trabalho tem a função de enquadrar o leitor na instituição em que o estágio decorreu, de modo a que a leitura possa ser feita de uma maneira informada e com a perfeita compreensão das atividades descritas. Serão também detalhadas as diversas funções da instituição, o que requererá um breve resumo sobre a arbitragem e os diversos tipos de arbitragens existentes, outras instituições semelhantes a nível internacional e uma descrição das diversas fases do processo arbitral.

Adicionalmente, irá proceder-se a uma exposição das atividades desenvolvidas.

Em segundo lugar, será analisada a questão das arbitragens paralelas e apresentadas possíveis soluções.

Na terceira secção far-se-á a análise de dados levantados no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, relativamente a decisões arbitrais proferidas na sede da instituição entre os anos de 1990 e 2015.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. DEFINIÇÃO DE ARBITRAGEM

A arbitragem, de forma simples, é um método de resolver conflitos/litígios alternativo à jurisdição judicial. Conflitos estes nascidos de relações jurídicas bi ou multilaterais entre particulares ou entidades comerciais, de natureza pública ou privada.

Esta definição baseia-se nos números 1 e 2 do artigo 1.º da Lei n.º 63/2011², de 14 de Dezembro, que aprova a Lei da Arbitragem Voluntária³. Depreende-se deste artigo que qualquer litígio que não seja por natureza submetido a um tribunal específico, a arbitragem necessária ou cujo objeto seja inarbitrável, pode ser submetido a arbitragem voluntária através de um compromisso arbitral ou de uma cláusula arbitral.

Nas palavras da Professora Doutora Mariana França Gouveia “*a arbitragem pode ser definida como um modo de resolução jurisdicional de conflitos em que a decisão, com base na vontade das Partes, é confiada a terceiros. A arbitragem é, assim, um meio de resolução alternativa de litígios adjudicatório, na medida em que o litígio é decidido por um ou vários terceiros. E essa decisão é vinculativa para as Partes.*”⁴.

Indo de encontro do que é escrito pela Autora, Manuel Barrocas afirma o seguinte “*a arbitragem constitui um modo de resolução de litígios entre duas ou*

² Lei n.º 63/2011, de 14 de Agosto, que pode ser encontrada na 1.º série, n.º 238, de 14 de Dezembro de 2011 do Diário da República.

³ Que será referida no restante texto como LAV. Para efeitos de mencionar a Lei de 86 (Lei n.º31/98, de 29 de Agosto), esta será referida como antiga LAV.

⁴ GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 119.

mais Partes, efetuada por uma ou mais pessoas que detêm poderes para esse efeito reconhecido por lei, mas atribuídos por convenção das Partes”⁵.

A arbitragem voluntária não é um fenómeno recente. As suas origens podem ser encontradas no Direito Romano. Numa forma mais primitiva, a *lex Aebutia*, estabelecia duas formas previas de tutela auto-suficiente de Direito Privado. Um delas tratava-se da figura do *arbitre*, caracterizada como um sistema em que um indivíduo era escolhido pelos litigantes para resolver um conflito de forma “extrajurisdicional”⁶, obedecendo às formulas de decisão fixadas no negócio de instauração do juízo arbitral.

Do Direito Romano ao Livro III das Ordenações Manuelinas⁷, o primeiro Código de Processo Civil Português⁸, refere a arbitragem nos seus artigos 44.º a 58.º. A arbitragem comercial torna-se popular depois da Primeira Guerra Mundial, embora fosse usada no âmbito comercial há várias décadas na Europa⁹.

No século XIX e XX começam a surgir entidades organizadas com o propósito de dirigir e organizar arbitragens comerciais e a legislação para regular a arbitragem começa a proliferar na Europa a nível nacional e supranacional, com o Protocolo de Genebra de 1923¹⁰, a Convenção de Genebra de 1927¹¹ e, mais tarde, a Convenção de Nova Iorque de 1958¹², que substitui as duas anteriores¹³

⁵ BARROCAS, Manuel Pereira – **Manual de Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 2010, p.27-28.

⁶ OLIVEIRA, Mário Esteves de (coord.) - **Lei da Arbitragem Voluntária – Comentada**. Coimbra: Almedina, 2014, p. 27-28.

⁷ *Idem*, p. 29.

⁸ Código de Processo Civil de 1876.

⁹ A título de exemplo, refere-se a prática de levar ao Senhor ou responsável feudal, ou mesmo ao Soberano, problemas ou litígios que se levantassem, pedindo que os resolvessem. Tornou-se popular em França depois da Revolução (1789), tendo sido constitucionalmente consagrada. Para mais informação ver MENDES, Armindo Ribeiro – **Introdução às Práticas Arbitrais**. Lisboa: Associação Portuguesa de Arbitragem e o texto do NOGUEIRA, José Duarte - A Arbitragem na História do Direito Português, originalmente apresentada oralmente, com registo escrito para uso interno da sua participação no “Seminário de Lisboa sobre Arbitragem” do Centro de Arbitragem Comercial, a 4 e 5 de maio de 1995 em Lisboa. Posteriormente: NOGUEIRA, José Duarte - **A Arbitragem na História do Direito Português. Revista Jurídica - Nova série da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa**. N.º20, Novembro 1996.

¹⁰ Aprovado pelo Decreto n.º 18 941, de 11 de Setembro de 1930.

¹¹ Aprovada pelo Decreto n.º 18 942, de 11 de Setembro de 1930.

¹² Aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 37/94; ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/94 e publicado no Diário da República I-A, n.º 156, de 08/07/1994, tendo entrado em vigor a 16 de janeiro de 1995.

¹³ MENDES, Armindo Ribeiro – **Introdução às Práticas Arbitrais**. Lisboa: Associação Portuguesa de Arbitragem.

O mais antigo centro institucionalizado de arbitragem da área dos litígios comerciais na Europa é o London Court of International Arbitration¹⁴, inaugurado em 1892, em Londres, então com o nome de The City of London Chamber of Arbitration.

Existem, atualmente, por todo o mundo diversos centros de Arbitragem Comercial, destacando-se pela sua relevância no panorama internacional os seguintes: a Câmara de Comércio Internacional (CCI)¹⁵, a American Arbitration Association (AAA)¹⁶, sediados em Paris, em 1919, e Nova Iorque, em 1996, respetivamente. Na Alemanha, a DIS (Deutsche Institution für Schiedsgerichtsbarkeit)¹⁷, criada em 1920, em Milão, a Camera arbitrale di Milano¹⁸, criada em 2010. Em Espanha, a Corte Española de Arbitraje¹⁹, fundada em 1981 e a Corte de Arbitraje de Madrid²⁰, fundada em 1989.

Complementarmente, são consideradas como relevantes para a história da arbitragem e pelo seu trabalho atual o International Centre for Dispute Resolution (ICDR)²¹, criado pelo AAA em 1996 para administrar disputas internacionais que utilizem as regras da AAA fora dos Estados Unidos da América. Na Ásia, há que destacar o Hong Kong International Arbitration Centre (HKIAC)²², estabelecido em 1985 e o Singapore International Arbitration Centre (SIAC)²³, criado em 1991.

No contexto internacional, é relevante ter em consideração o trabalho da ILA (International Law Association), fundada em 1873 em Bruxelas²⁴. Os Comités internacionais da ILA fazem pesquisa e elaboraram relatórios sobre determinadas áreas, entre elas a arbitragem através do Comité de Arbitragem Comercial Internacional²⁵.

¹⁴ Para mais informações <http://www.lcia.org/LCIA/history.aspx>.

¹⁵ Ver: www.iccwbo.org/.

¹⁶ Ver: <https://adr.org/>.

¹⁷ Ver <http://www.dis-arb.de/>.

¹⁸ Ver: <http://www.camera-arbitrale.it/en/About+us/index.php?id=1>.

¹⁹ Ver: <http://www.camara.es/es/arbitraje-y-mediacion/corte-espanola-de-arbitraje>.

²⁰ Ver: <http://www.arbitramadrid.com/web/corte/home/>.

²¹ Ver: <https://www.icdr.org/>.

²² Ver: <http://www.hkiac.org/en/>.

²³ Ver: <http://www.siac.org.sg/>.

²⁴ Ver: <http://www.ila-hq.org/index.cfm>.

²⁵ Ver: <http://www.ila-hq.org/en/committees/index.cfm/cid/1034>.

Em Portugal, por força da Lei n.º 31/86, artigo 38.º e do Decreto-Lei n.º 425/86, é necessária autorização do Ministério da Justiça para a fundação de um centro de arbitragem institucionalizada. É mantida uma lista atualizada de todos os centros institucionalizados a operar legalmente em Portugal²⁶.

O Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa é o mais antigo Centro de Arbitragem em território nacional, fundado em 1987. Foi reconhecido pelo Despacho do Ministro da Justiça 9/87, de 29 de janeiro e o Despacho de Ministros de 26/87, de 9 de março, e renovado pelos Despachos 955/2004 e 26167/2005.

Existem outros centros em território nacional, de carácter local/regional ou nacional, como, por exemplo, o Centro de Arbitragem Comercial do Porto, que se separou do Centro de Arbitragem Comercial de Lisboa em 2005 e o centro de arbitragem comercial Concórdia²⁷, fundado em 2003. Adicionalmente, vários centros de arbitragem comercial especializam-se em litígios que surjam de relações comerciais de cariz específico, como, por exemplo, o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã.

2. CENTRO DE ARBITRAGEM COMERCIAL

A nossa análise irá agora concentrar-se no Centro de Arbitragem Comercial²⁸ da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa.

O CAC presta serviços relacionados com arbitragem comercial, incluindo administrar e prestar o apoio necessário a processos arbitrais comerciais, tanto institucionalizados como *ad hoc*.

O CAC é dirigido por um Conselho constituído por nove membros (um Presidente, dois Vice-Presidentes e seis vogais²⁹), nomeados pela Direção da Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. Os membros do Conselho são escolhidos de entre pessoas de mérito que

²⁶ Ver: http://www.dgpj.mj.pt/sections/gral/arbitragem/anexos-arbitragem/centros-de-arbitragem4174/downloadFile/attachedFile_f0/Lista_dos_CA_autorizados_pelo_MJ.pdf?nocache=1392387257.6.

²⁷ Ver: <http://www.concordia.pt/>.

²⁸ Em referências seguintes, usaremos a abreviatura ‘CAC’ no presente texto.

²⁹ Estatutos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, http://www.centrodearbitragem.pt/images/pdfs/Legislacao_e_Regulamentos/Estatutos_do_Centro/3.Estatutos_Centro_de_Arbitragem_Comercial.pdf, art. 4.º.

demonstrem qualificações técnicas e capacidades para o cargo³⁰. A Direção da Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa designa o Presidente e um dos Vice-Presidentes, enquanto o Conselho escolhe de entre os seus membros o segundo Vice-Presidente³¹.

Para além deste órgão³², existe o Secretariado, entidade responsável pela atividade do CAC, que funciona sob a coordenação de um Secretário-Geral, Secretários de processo e assistentes técnicos e administrativos³³.

Compete ao Secretário-Geral e, por remissão, aos Secretários de processo³⁴ organizar e dirigir os processos submetidos ao Regulamento do CAC ou unicamente sedeados no CAC. Durante um processo, é da sua responsabilidade prestar apoio administrativo às Partes, aos mandatários, ao tribunal arbitral e a terceiros relevantes, incluindo testemunhas e peritos. Procedem também à cobrança dos encargos dos processos e dos aditamentos por conta destes. Outrossim, são encarregados de proceder ao pagamento dos honorários dos árbitros e de quaisquer encargos, nos termos do Regulamento³⁵.

Adicionalmente às suas tarefas administrativas, o CAC tem como função promover a arbitragem³⁶ e outros meios de resolução alternativa de litígios como uma alternativa fidedigna e competente dos tribunais judiciais nacionais e estrangeiros³⁷.

Como o mais antigo centro de arbitragem comercial em Portugal, encontra-se numa posição de dar maior visibilidade à arbitragem no panorama jurídico nacional³⁸. Este propósito é alcançado através do seu trabalho e pela pesquisa elaborada pela instituição, sendo esta pioneira na promoção de métodos de resolução alternativa de litígios procurando manter-se atualizada, seguindo de perto a prática internacional.

³⁰ *Idem*, art. 4.º/1.

³¹ *Idem*, art. 4.º/2.

³² *Idem*, art. 3.º.

³³ *Idem*, art. 8.º.

³⁴ *Idem*, art. 8.º/5.

³⁵ *Idem*, art. 8.º/7.

³⁶ *Idem*, art. 1.º.

³⁷ Retirado de:

http://www.centrodearbitragem.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=104

³⁸ MACHETE, Rui Chancerelle de - *Desenvolvimentos recentes da arbitragem em Portugal e atividades do centro de arbitragem comercial*. In **III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções**. Coimbra: Almedina, 2010, p. 15 e ss.

Através da promoção de diversos tipos de eventos, como o Congresso do Centro de Arbitragem Comercial que já vai na sua oitava edição, em adição a diversos eventos locais e internacionais, procuram também estreitar a relação entre o CAC e entidades comerciais (sejam públicas, privadas, coletivas ou singulares) nacionais e internacionais, como outros centros de arbitragem comercial.

O CAC tem sido importante na consolidação de jurisprudência de arbitragem e na redação de novas regras e normas para a arbitragem, resultando em diversos avanços a nível normativo, como, por exemplo, o Regulamento de Arbitragem, atualizado em 2014.

Este Regulamento, tal como os seus Estatutos, Código Deontológico dos Árbitros e lista de árbitros, são instrumentos elaborados pelo CAC, de modo a promover o processo arbitral, mas também a criar uma base sólida pela qual as arbitragens nacionais se possam reger. Adicionalmente, o CAC aluga o seu espaço físico e diversos instrumentos úteis (como o seu serviço de gravação de sessões) a arbitragens que não estejam a decorrer no seu âmbito administrativo. O CAC promove arbitragens institucionais e arbitragens *ad hoc*.

A Professora Doutora Mariana França Gouveia distingue, nos seguintes termos arbitragem institucionalizada e *ad hoc*:

*“A arbitragem pode ser institucionalizada ou ad hoc. A primeira realiza-se numa instituição arbitral (centro, câmara) com caráter de permanência, sujeita a um regulamento próprio. Já na segunda modalidade, o tribunal é constituído específica e unicamente para um determinado litígio. Antes da execução da convenção de arbitragem o tribunal não existe e após o proferimento da decisão arbitral extingue-se.”*³⁹.

Na mesma linha de pensamento, Manuel Barrocas refere que a arbitragem institucionalizada “(...) relativamente a questões como a constituição do tribunal arbitral, o apoio concedido à organização e condução do processo pelo árbitro e à gestão em geral dos processos, pode ser confiada a um centro de arbitragem que, mediante um contrato celebrado com as Partes intervenientes, se encarrega dessas matérias. O centro de arbitragem não tem

³⁹ GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 123.

*quaisquer funções nem competência para resolver o litígio ou propor o modo da sua resolução”*⁴⁰. Trata-se assim de uma arbitragem “*apoiada numa organização, que é o centro de arbitragem*”⁴¹.

Por outro lado, refere o mesmo Autor que “*(...) a arbitragem ad hoc não beneficia do apoio de um centro de arbitragem. O trabalho de nomeação dos árbitros, se as Partes não estiverem de acordo, é trabalho deles ou da entidade nomeante indicada pelas Partes ou, em último caso, é tarefa do tribunal judicial.*

Também o trabalho de organização e conduções do processo, para além da condução da instância arbitral, e a gestão em geral do processo é todo ele executado pelo árbitro único ou pelos árbitros, eventualmente com o apoio de um secretário.”⁴².

Importa mencionar que existem dois modelos de arbitragem institucionalizada – o mais comum é o de um centro de arbitragem que funciona como órgão administrativo, em que se constituem tribunais para cada litígio submetido; e o segundo modelo funciona com um só árbitro, que julga todos os processos submetidos, funcionando como um verdadeiro tribunal instituído.

A diferença entre os dois assenta no facto de que, no primeiro modelo, o tribunal arbitral é constituído para cada processo individual, e o CAC relega-se a uma posição administrativa de organização do processo, sendo que pode intervir no caso de recusa de um árbitro, mas sem qualquer interferência no processo. Qualquer decisão tomada pelo CAC é também flexível e/ou provisória, podendo ser alterada pelo tribunal arbitral instituído⁴³.

Em suma, na arbitragem institucionalizada, as Partes encarregam uma determinada entidade de organizar e secretariar a sua arbitragem. Numa arbitragem *ad hoc*, as Partes confiam a si mesmas estas funções. Posteriormente, o tribunal arbitral pode decidir remeter as regras do processo arbitral para um determinado regulamento, por uma questão de conveniência. Todavia, não é

⁴⁰ BARROCAS, Manuel Pereira – **Manual de Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 2010, p. 92, para.101.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Idem*, para. 102.

⁴³ GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 125.

estritamente necessário que o tribunal arbitral remeta para qualquer Regulamento existente, ou que, ao fazê-lo, inclua todas as suas regras.

Numa arbitragem *ad hoc* o tribunal arbitral tem maior liberdade para estabelecer as suas regras e ainda assim aderir ao Secretariado de um centro.

3. PROCESSO ARBITRAL

São várias as fases do processo arbitral em que o CAC e o Secretariado intervêm, embora muitas vezes o trabalho de Secretariado e organização do processo se inicie antes do procedimento arbitral em si mesmo.

Neste ponto, descrevem-se as diversas fases do processo arbitral, na arbitragem institucionalizada e na arbitragem *ad hoc*.

3.1. ARBITRAGEM INSTITUCIONAL

Na arbitragem institucional existe uma remissão no compromisso ou na cláusula arbitral para o Regulamento do CAC. Consequentemente, o processo arbitral fica sob a égide do CAC no momento em que surge o litígio, e uma das Partes inicia o processo.

3.1.1. REQUERIMENTO DE ARBITRAGEM

O processo inicia-se com a entrega de um Requerimento de Arbitragem⁴⁴, de acordo com o artigo 19.º do Regulamento de Arbitragem. Neste devem constar as seguintes informações – a identificação das Partes, moradas, descrição sumária do litígio, o pedido e o respetivo valor (se não for possível indicar um valor fixo, deve ser apresentada uma estimativa).

Pode ainda o demandante designar o árbitro que lhe compete e quaisquer outras indicações relativas à constituição do tribunal e outras situações relevantes⁴⁵.

O demandante pode entregar o Requerimento quando já havia uma cláusula ou compromisso arbitral, em que as Partes haviam acordado submeter qualquer litígio, ou algum litígio específico, ao Secretariado do CAC. Pode

⁴⁴ Em referências seguintes, o Requerimento de Arbitragem será referido como ‘Requerimento’.

⁴⁵ Regulamento de Arbitragem de 2014 do Centro de Arbitragem Comercial, art.º 19.º, n.º2, al. A a E.

também entregar um Requerimento quando pretende fazer um convite duplo de submeter o litígio à arbitragem e de essa arbitragem ficar sob a égide do CAC, de acordo com o artigo 19.º, n.º 1 do Regulamento.

No ato de entrega do Requerimento, o demandante pode também entregar a Petição Inicial, nos casos em que há um compromisso ou cláusula arbitral que remeta a resolução para o CAC e o seu Regulamento.

O Requerimento é considerado no Secretariado pelo Secretário-Geral que verifica se foram observados os requisitos já mencionados, previstos no artigo 19.º, n.º 2, e se foi paga a provisão inicial, como disposto no artigo 52.º, n.º 4 do Regulamento.

3.1.2. RESPOSTA

Uma vez entregue o Requerimento, o CAC deve citar o demandado no prazo de cinco dias, como definido no Regulamento no artigo 20.º. No caso de o Requerimento ser acompanhado de documentos, estes devem ser enviados juntamente com uma cópia do Requerimento de Arbitragem.

Uma vez que seja citado, o demandado pode apresentar a sua Resposta no prazo de 30 dias. A Resposta deve conter os seguintes elementos: a posição tomada sobre o pedido; se lhe for permitido, o árbitro por si designado; e quaisquer outras indicações relevantes para a constituição do tribunal arbitral e para o processo.

O prazo de 30 dias pode ser prorrogado, mediante a apresentação de pedido fundamentado ao Presidente do CAC.

Adicionalmente, na Resposta o demandado pode deduzir pedidos contra o demandante. Pedidos incluídos na Resposta devem encontrar-se dentro do objeto da mesma convenção arbitral, ou de uma convenção arbitral compatível com a que fundamentou o Requerimento⁴⁶.

Pode ainda deduzir pedidos contra outros demandados, desde que obedeçam a determinados requisitos. Nomeadamente, o objeto destes pedidos deve estar abrangido pela mesma convenção de arbitragem.

É-lhe possibilitada, também, a dedução de pedidos com objetos abrangidos por outra convenção arbitral compatível na qual o demandante

⁴⁶ *Idem*, art.º 21.º/1.

baseou o seu pedido. É requisito para esta dedução de pedidos que, no momento de celebração das convenções, todos os signatários hajam aceitado a possibilidade de que múltiplas convenções fossem passíveis de ser objeto de pedidos numa só arbitragem.

Todavia, não estando abrangido pela convenção arbitral referida no pedido original, o tribunal arbitral pode posteriormente vir a excluir estes pedidos, se considerar que estes interferem no processo.⁴⁷

Ao deduzir pedidos na Resposta, o demandado deve incluir uma descrição sumária do litígio e indicar o respetivo valor, ou, um valor aproximado⁴⁸.

Na eventualidade de serem deduzidos pedidos contra terceiros, estes podem responder nas mesmas condições dispostas para o demandado.

Neste momento processual, pode ser suscitada a incompetência do tribunal arbitral, tendo a contraparte 30 dias para responder. Este prazo pode ser prorrogado mediante requerimento do demandante ao Presidente do CAC.

Se a questão não for suscitada na Resposta, poderá ser suscitada no articulado que seja apresentado depois da constituição do tribunal arbitral, mas apenas se o demandado não tiver podido suscitar a questão face ao conteúdo do Requerimento de Arbitragem.

Por outras palavras, o demandado deve suscitar a questão de incompetência na Resposta. Ocorre aceitação tácita de competência do tribunal arbitral se não for levantada a questão, a não ser que a causa da incompetência só seja revelada posteriormente. Aplicam-se as mesmas condições⁴⁹, com as devidas adaptações, a Partes que hajam sido alvo de pedidos deduzidos pelo demandado a outros demandados.

Na eventualidade de haver falta da Resposta ao Requerimento ou aos pedidos deduzidos pelo demandado, de acordo com o artigo 23.º do Regulamento, o processo prossegue.

3.1.3. AUDIÊNCIA PRELIMINAR

⁴⁷ *Idem*, art. 21.º/5.

⁴⁸ *Idem*, art.º 21.º/2 e 3.

⁴⁹ *Idem*, art. 22.º/4.

Prosseguindo a arbitragem, o tribunal convoca as Partes, através dos seus Mandatários, para uma audiência preliminar. O artigo 30.º do Regulamento define quais as questões que são decididas nesta audiência. É dos momentos mais importantes de todo o processo, pois é aquele em que se discutem e estabelecem as regras para a produção de prova, entrega de articulados e documentos, inquirição de testemunhas e questões a decidir.

O artigo 30.º da LAV, n.º 2, refere que as Partes podem estabelecer as suas próprias regras até à seleção do primeiro árbitro, desde que sejam respeitados os princípios fundamentais referidos no número anterior do mesmo artigo. É prática comum ser o tribunal arbitral a fazê-lo após estar estabelecido⁵⁰.

Após a escolha do primeiro árbitro, a competência de estabelecer as regras do processo é do tribunal arbitral. No entanto, este irá, tendencialmente, procurar obter um consenso com as Partes e os seus Mandatários, importante para que o processo arbitral decorra com o menor atrito possível.

A audiência preliminar este é o momento em que o espaço temporal do processo arbitral é discutido e no qual as regras processuais são estabelecidas. Pode ser definida uma data limite para o proferimento da decisão do tribunal arbitral sobre o litígio, assim como limites temporais para a inquirição de testemunhas e peritos, que, embora possam alterados, a tendência é de os impor, de modo a que o processo não se alongue em demasia.

Um dos aspetos que se mostrou mais importante foi a necessidade de coordenação temporal entre os presentes, especialmente na marcação de depoimentos orais das testemunhas chamadas por cada Parte.

Embora estas datas ou limites possam ser posteriormente alterados, a tendência é de os impor, de modo a que o processo não se alongue em demasia.

3.2. ARBITRAGEM *AD HOC*

Nas arbitragens *ad hoc*, o processo inicia-se de forma diferente. As Partes acordam submeter o litígio à arbitragem, seja por compromisso ou cláusula arbitral, mas não identificam o CAC ou outra entidade que providencie os mesmos serviços administrativos.

⁵⁰ LAV, art. 30.º/3.

É constituído o tribunal arbitral, tendo a LAV como referência. Escolhidos os árbitros e o Presidente do tribunal arbitral, na Ata de Instalação do tribunal arbitral, estes podem decidir recorrer ao CAC.

Os elementos que devem constar na Ata de Instalação não são mencionados pelo Regulamento do CAC. Pode a Ata de Instalação do processo *ad hoc* conter os mesmos elementos referidos no artigo 19.º do Regulamento de Arbitragem ou optar por se basear noutra fonte.

As regras de arbitragem da CCI, i.g., consagram os “*Terms of reference*”⁵¹, que podem ser utilizados como guia para o tribunal arbitral, sendo referidos os seguintes elementos:

- O nome completo, descrição, morada e quaisquer outros contactos necessários das Partes e Mandatários;
- O nome completo, morada e quaisquer outros contactos necessários dos árbitros;
- As moradas para onde devem ser enviadas as notificações e comunicações;
- Um sumário dos pedidos e posições de cada Parte e o montante expectável de compensação que cada Parte está a pedir;
- O montante de todos os pedidos quantificáveis e, dentro do possível, o valor monetário de todos os outros pedidos;
- Uma lista de questões a decidir, se o tribunal arbitral o considerar pertinente;
- O local da arbitragem e o Secretariado, embora seja natural que neste caso seja o do Centro de Arbitragem Comercial;
- As regras processuais específicas que pretende seguir, e mencionar alguma alteração, se assim for necessário⁵²;
- Se for relevante, mencionar os poderes do tribunal de decidir de acordo com o princípio *ex aequo et bono*.

⁵¹ *ICC Rules of Arbitration*, art. 23.º, n.º 1, “Terms of Reference”, pode ser visto: http://www.iccwbo.org/products-and-services/arbitration-and-adr/arbitration/icc-rules-of-arbitration/#article_23. Tradução minha das regras originais em Inglês.

⁵² *I.g.*, o tribunal arbitral pode decidir seguir o Regulamento do Centro, mas alterar algumas das disposições, consoante as particularidades do processo.

É prática comum o demandante notificar por carta o demandado que pretende dar início ao processo arbitral e indicar o árbitro nomeado. Qualquer questão que surja sobre a recusa de árbitros remete-se nesta circunstância para os artigos 10.º e 13.º da LAV.

Uma vez que ambas as Partes designem os respetivos árbitros e seja escolhido o Presidente do tribunal arbitral, ocorre uma sessão de onde resulta a Ata de Instalação.

Embora, segundo o observado no CAC, seja relativamente mais comum que os articulados sejam enviados depois da Ata de Instalação ser entregue no Secretariado, pode ocorrer que um ou mais articulados sejam entregues com a Ata de Instalação.

No caso de ainda não terem sido entregues articulados, podem estar indicadas na Ata de Instalação as regras processuais estabelecidas, incluindo prazos para a troca da Petição Inicial e da Resposta, e articulados subsequentes.

A marcha do processo decorre de forma igual a um processo institucional a partir deste momento, sendo marcada uma audiência preliminar onde serão discutidas questões já referidas a esse propósito.

4. FUNÇÕES DO SECRETARIADO

Embora seja atraente a flexibilidade disponibilizada ao tribunal arbitral *ad hoc* para adaptar regulamentos existentes ao processo individual, não há como negar a utilidade de recorrer a um serviço institucionalizado de administração de arbitragens.

O Secretariado do CAC facilita todo o processo através da administração e organização do processo, mantendo cópias e registos de todos os articulados e documentos para o bom funcionamento do tribunal arbitral e das sessões arbitrais. As sessões de produção de prova e as reuniões do tribunal arbitral decorrem de forma mais organizada pela disponibilidade de aceder a todos os materiais necessários.

O Secretariado organiza e mantém controlo o calendário processual tal como ele é estabelecido pelo tribunal arbitral na Ata de Instalação ou na audiência preliminar, estando encarregue de controlar e notificar as Partes de quaisquer alterações.

Na eventualidade de uma das Partes fazer um requerimento⁵³, fica também encarregue o Secretariado de notificar as Partes de decisão do tribunal arbitral.

Durante a audiência preliminar e todas as restantes audiências no CAC, é disponibilizado às Partes e ao tribunal arbitral o serviço de gravação. Todas as gravações são enviadas às Partes e ao tribunal arbitral, de modo a facilitar a audição das sessões durante todo o processo arbitral até à decisão final.

Na produção de prova, o Secretariado providencia quaisquer diligências acordadas na audiência preliminar que sejam pedidas, desde a exibição dos documentos referidos durante a inquirição de testemunhas até à elaboração de atas, se não houver alguma estipulação contrária.

Por fim, o Secretariado também se encontra presente na última audiência, de encerramento do debate, onde em alguns casos pode ser decidido ou alterado o prazo para a decisão final do tribunal e podem ser discutidos os detalhes das alegações finais, se estas decorrerem posteriormente.

Estas funções acima referidas não se encontram expostas no Regulamento ou nos Estatutos do CAC, sendo que emergem da prática arbitral. Embora não seja estritamente necessário que tudo o que foi exposto como prática comum do CAC seja feito, tendencialmente serão estes os serviços oferecidos pelo Secretariado.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Durante o período em que decorreu o estágio, envolvi-me nas diversas atividades desenvolvidas pelo Secretariado, com o intuito de compreender e observar todo o processo de organização e administração que compõe as competências do Secretário- Geral e dos Secretários de Processo.

O início do estágio passou pela observação de sessões do tribunal arbitral, na sua grande maioria sessões de produção de prova através de testemunhos orais.

⁵³ Neste contexto, entende-se como requerimento qualquer pedido feito pelas Partes que envolva, i.g., a alteração de prazos, exceção a uma ou várias regras processuais, adição ou alteração do rol de testemunhas ou qualquer pedido fundamentado pelas Partes que incida sobre o procedimento da ação.

As funções do Secretariado nestas sessões consistem em assegurar que há regularidade das gravações e também prestar qualquer apoio necessário a todos os presentes, de modo a garantir o bom decurso do processo arbitral.

Para este efeito, é necessário garantir que a sala onde decorrem as sessões esteja devidamente equipada, para que os Mandatários possam inquirir as testemunhas e que o tribunal arbitral possa pedir quaisquer esclarecimentos adicionais.

Além desta manutenção logística, foram-me atribuídas algumas tarefas de acompanhamento de diversos processos.

A nível de tarefas internas, organizei diversos documentos e *dossiers*, de modo a facilitar a sua apresentação às Partes, Mandatários e árbitros.

O processo de organização destes é relativamente fácil e muito interessante. Além do que foi já mencionado, é habitual criar *dossiers* individuais, com a informação mais relevante para cada membro do tribunal arbitral.

Com acesso a diversas peças processuais, pude rever conceitos de arbitragem aprendidos durante o Mestrado, e de me familiarizar com doutrina e jurisprudência relativamente recentes. Com estas leituras pude também tomar conhecimento de práticas da arbitragem comercial doméstica que me eram desconhecidas ou pouco familiares.

Por exemplo, como se procede a uma audiência preliminar e a sua importância. Acerca deste tema, verifiquei que as regras do processo arbitral são um aspeto muito mais complexo e relevante do que inicialmente considerei. Estas podem condicionar um processo arbitral de diversas formas e garantir que este decorra de forma satisfatória para todas as Partes.

Ainda que já tivesse lido sobre a importância do tribunal arbitral e das suas várias funções, foi muito interessante estar presente nas audiências em que este exerce o seu poder. Nas audiências preliminares e nas audiências finais, em que o seu papel é mais acentuado, foi instrutivo compreender que cada tribunal arbitral tem o seu próprio modo de funcionar e de conduzir as sessões.

Estas particularidades de cada tribunal arbitral são interessantes, pois demonstram que a arbitragem é realmente uma forma de resolução de litígios versátil e adaptável às necessidades das Partes.

Estive presente como membro do Secretariado em diversas audiências, prestando apoio quando necessário, observando o bom funcionamento do material de gravação e, posteriormente, elaborando atas das sessões.

Como acompanhante de alguns processos, fiquei encarregue de notificar as Partes ou o tribunal arbitral de requerimentos, notificações e qualquer informação relevante para o decorrer do processo.

Uma das funções mais importantes dos Secretários do CAC consiste em realizar notificações. Num processo em que muitas vezes o tempo é escasso e é urgente ser o mais eficiente possível, as Partes e o tribunal arbitral dependem do funcionamento do CAC e do Secretariado para a manutenção de uma linha de comunicação e troca de informação adequadas.

Deste modo, os Secretários do CAC procuram manter-se atualizados sobre todos os processos que estão a decorrer. O Secretariado não só notifica as pessoas relevantes de novas peças processuais e documentos que sejam importantes para o decurso do processo arbitral, como também se encarrega de entrar em contacto com as testemunhas chamadas pelas Partes para inquirição, através de carta ou correio electrónico.

Além destas competências, os Secretários têm acesso às regras processuais estabelecidas para cada processo e verificam se estas são rigorosamente cumpridas, de modo a auxiliar o tribunal arbitral e as Partes no bom andamento do processo.

São tarefas importantes para um funcionamento adequado do processo, facilitando tanto a condução das sessões por parte do tribunal arbitral, como o trabalho dos Mandatários.

CAPÍTULO III – PROCESSOS PARALELOS

1. ENQUADRAMENTO

Estabeleci como objetivo, desde o início do estágio, expandir o meu conhecimento sobre práticas arbitrais e formas de procedimento do processo arbitral. De forma a enriquecer o meu relatório final de estágio, escolhi um tema cuja análise se verificava de grande interesse: processos paralelos.

Cativou o meu especial interesse um caso, cujo litígio derivava de uma rede de contratos, em que as Partes optaram por não apensar vários processos que decorriam simultaneamente ou que teriam lugar, sucessivamente, num rácio temporal próximo.

Não obstante houvesse Partes cuja participação não seria exigida na totalidade dos processos, os factos e interesse processual eram comuns. Verificava-se, ainda, pluralidade ativa e pluralidade passiva entre diversos destes.

A comum natureza dos processos determinou a sobreposição de documentos e testemunhas, possibilitando decisões contraditórias provindas dos diversos tribunais arbitrais constituídos.

Devido à ligação entre os diversos processos, foi colocada às Partes a possibilidade de apensar os processos. Contudo, estas preferiram prosseguir com as causas separadas, e estas continuaram o seu procedimento normal mas existindo paralelamente.

Estavam, portanto, numa situação pouco ortodoxa. A questão foi levantada pelo tribunal arbitral na audiência preliminar, que expôs a sua preocupação quanto à possibilidade de haver uma sobreposição nociva entre os vários processos que estavam a decorrer, com a convergência referida de testemunhas, peritos e documentos.

Iniciei o meu processo de pesquisa no seguimento desta audiência preliminar, com o objetivo de expor o tema no meu relatório final de estágio.

Assim sendo, neste capítulo, irei expor as circunstâncias e critérios que definem a ocorrência de processos paralelos. Apresentarei, ainda, possíveis soluções encontradas no foro nacional e internacional para ditos processos. Todavia, tendo em consideração a complexidade do tema, não me proponho fornecer soluções definitivas, mas apresentar um estudo sumário sobre processos paralelos.

O ponto de partida da apresentação desta questão é a lei portuguesa. Serão utilizados os institutos jurídicos de caso julgado e de litispendência, presentes no Código de Processo Civil, artigos 580.º e 581.º. Adicionalmente, quando referimos a lei nacional, para explicar conceitos, estaremos a utilizar as definições relevantes presentes no mesmo diploma.

A razão de ser desta escolha é o facto de que não nos pareceu existir uma forma mais adequada de enquadrar os conceitos no nosso sistema legal. Igualmente, são os termos de comparação que se demonstraram mais adequados, quando se demonstrou necessário recorrer à analogia para situar determinados preceitos.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Não existe um verdadeiro conceito jurídico de processos paralelos ou de arbitragens paralelas. Consequentemente, não há um método tradicionalmente utilizado para resolver uma situação destas quando ocorrem. Todavia, possíveis soluções podem ser encontradas na doutrina nacional e internacional.

Este fenómeno tende a ocorrer em causas que envolvem, direta ou indiretamente, várias Partes e/ou vários contratos. Podemos estar, portanto, perante contratos multilaterais e relações comerciais complexas⁵⁴, ou perante múltiplos contratos ou um grupo de contratos.

Esta diferenciação é importante, pois por um lado, ou estamos perante duas Partes que estão ligadas por uma relação jurídica complexa, existindo diversos contratos cada um com uma cláusula arbitral diferente. Pode ocorrer

⁵⁴ Contratos múltiplos ou grupos de contratos definem-se pela sua unidade ou por existir uma ligação económica ou dependência funcional. *In* GOUVEIA, MARIANA FRANÇA – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** – 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 171.

que um dos contratos não contenha uma cláusula arbitral. Por outro, podemos estar perante um só contrato com múltiplas Partes, ou múltiplos contratos com múltiplas Partes.

A prática comum nestas circunstâncias é recorrer a uma arbitragem complexa para a resolução do conflito. Designam-se como tal arbitragens em que ocorram pluralidades objetivas ou subjetivas, com problemas de litisconsórcio e coligação, iniciais ou sucessivos. Podem envolver também a cumulação de objetos processuais, pedidos e/ou causas de pedir na Petição Inicial ou na Reconvensão⁵⁵.

Contudo, como observei no decorrer do processo no CAC, nem sempre as Partes optam por esta solução.

Podem escolher separar os processos por motivos diversos. Uma das Partes pode querer atrasar o processo arbitral, iniciando uma ação no foro judicial ou arbitral. Uma das Partes pode querer limitar as opções da outra ou outras, obrigando-as a recorrer à arbitragem, quando não existe uma convenção arbitral. Outrossim, pode ocorrer que cada uma das Partes inicie um processo separado, em simultâneo.

Por exemplo., num contrato de empreitada, uma empresa de construção é contratada para desenvolver um projeto. Por sua vez, a empresa contrata vários subempreiteiros e/ou empresas especializadas necessárias para o cumprimento do contrato.

Embora os contratos sucessivos sejam entre o empreiteiro e os restantes contraentes, estes contratos nascem da necessidade de cumprir o contrato original. Em consequência, todos se encontram envolvidos numa rede de contratos. E cada um destes pode ter uma cláusula arbitral, ou, não tendo, podem os contratos sucessivos remeter para a cláusula original ou não fazer qualquer referência à arbitragem, no caso de ocorrer um litígio.

Na eventualidade de conflito entre os contraentes originais e, em simultâneo, entre um dos subempreiteiros contratados pela empresa, pode ser

⁵⁵ GOUVEIA, MARIANA FRANÇA – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** – 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 262.

iniciada uma ação em que todos estejam envolvidos. Ou pode haver diversas ações⁵⁶.

Assim, a ocorrência de processos paralelos revela grande complexidade, ressonando esta na procura de uma solução útil para o litígio em causa.

É neste último caso que se foca o nosso estudo – iniciadas diversas ações, como é que estas se interligam e quais os efeitos práticos consequentes.

2.1. CRITÉRIOS FORMAIS

Entende-se por processos paralelos os que decorrem em simultâneo ou os que se sobrepõem total ou parcialmente⁵⁷. Existe um paralelismo entre ações quando se verificam as seguintes situações:

- a) Causas que se encontram pendentes ou em que uma das decisões já transitou em julgado.
 - Observam-se três situações possíveis – uma das ações encontra-se pendente, todas se encontram pendentes e uma das causas já transitou em julgado.

Nestas circunstâncias, encontramos-nos perante a possibilidade de litispendência ou de exceção de caso julgado. Ambos os institutos jurídicos serão observados nos processos paralelos que decorrem em sede judicial e sede arbitral, assim como no caso de decorrerem ambos em sede arbitral
- b) Causas que estão ou estiveram antes na jurisdição arbitral e na jurisdição judicial ou ambas na jurisdição arbitral.
 - As causas podem ser iniciadas na jurisdição arbitral ou em duas jurisdições diferentes. A relação de paralelismo e a possível solução para esta diferem consoante a jurisdição em que decorrem as causas.

A diferença entre os processos paralelos estarem a decorrer no mesmo foro ou em diferentes foros é considerável, e será abordado *infra*, nos pontos 3 e 4 deste capítulo.

⁵⁶ BLACKABY, Nigel, PARTASDES, Constantine, REDFERN, Alan e HUNTER, Martin – **Redfern and Hunter on International Arbitration** – *Student version*. 5º ed. Nova Iorque: Oxford University Press, Inc, 2009, para. 2.191.

⁵⁷ BARROCAS, Manuel Pereira – **Manual de Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 2010, p. 402, para. 406.

c) Causas que são total ou parcialmente idênticas.

- Por fim, a relação entre as causas afere-se pela semelhança verificada entre as Partes, o pedido e a causa de pedir.

As semelhanças ou diferenças de cada um destes critérios para que os processos sejam considerados como paralelos serão observados no ponto *infra*, sendo critérios materiais para a definição do conceito.

Ao nível internacional, a International Law Association (ILA), no seu Relatório sobre Lis Pendens e Arbitragens de 2006, definiu processos paralelos da seguinte forma:

“Proceedings pending before a domestic court or another arbitral tribunal in which the parties and one or more of the issues are the same or substantially the same as the ones before the arbitral tribunal in the current Arbitration”.

2.2. CRITÉRIOS MATERIAIS

Para que se possam considerar como paralelos, é necessário traçar uma linha de comparação entre os processos com base em três critérios – a identidade das Partes; a identidade do pedido; e a causa de pedir. Estes critérios devem ser conjugados cumulativamente.

Embora seja unanimemente aceite que estes três critérios estabelecem os pontos de ligação entre processos, existem diferentes perspetivas do que é necessário para que exista uma identidade comum entre, i.g., a causa de pedir de um processo que já terminou e um segundo processo que seja iniciado. A causa de pedir invocada por ser semelhante, mas não ser encarada como motivo suficiente para que o segundo processo seja excluído com base na exceção de caso julgado.

Em relação a estes três critérios, mencionamos de antemão que o Comité da ILA estabeleceu também um “teste de identidade tripla” – as mesmas Partes, a mesma causa de pedir/factos jurídicos e os mesmos interesses. Neste caso entende-se interesses como o interesse das Partes no prosseguimento da ação,

sendo provados os factos como expostos pelo demandante, e o não prosseguimento da ação, por parte do demandado⁵⁸.

Por sua vez, o TJE formulou uma “teoria de interesses”, considerando que não é necessário que as Partes ou a causa de pedir sejam totalmente idênticas.

2.2.1. PARTES

Entende-se por Partes as pessoas jurídicas que se encontram envolvidas num processo, sendo estas o autor ou autores e o réu ou réus. Podem, adicionalmente, existir terceiros detentores de uma posição jurídica relevante para o processo. Estes podem ser chamados a participar na ação, em coligação ao litisconsórcio, ativo ou passivo.

Deste modo, são considerados como Partes aquelas que participam no processo em primeira linha, como agentes que detêm um interesse relevante para a causa. O autor tem o interesse em exercer o seu direito de deduzir um pedido, e o Réu de contrariar a ação, e de ainda deduzir um pedido reconvenicional⁵⁹.

A definição de Partes enquadra-se no artigo 581.º do CPC. De acordo com o referido artigo, ficam vinculadas as Partes que hajam participado na ação original. Portanto, para que se possa considerar que as Partes dos subsequentes processos são as mesmas, estas devem ter a mesma posição ou relação jurídica em relação ao réu.

Consequentemente, ficam excluídos terceiros da relação jurídica principal, que não sejam prejudicados ou beneficiados pela ação original e que que não tiveram parte ativa nesta⁶⁰.

Pode ocorrer que, posteriormente ao fim de um processo ou enquanto este está pendente, uma das Partes iniciais se faça substituir por outra⁶¹.

A legitimidade jurídica de uma Parte num processo, seja arbitral ou judicial, não é aferida com base na sua identidade individual.

⁵⁸ BLACKABY, Nigel, PARTASIDES, Constantine, REDFERN, Alan e HUNTER, Martin – **Redfern and Hunter on International Arbitration** – *Student Version*. 5.º ed. Nova Iorque: Oxford University Press, Inc. 2009, para. 9.144.

⁵⁹ FREITAS, José Lebre – **Introdução ao Processo Civil** – *Conceitos e princípios gerais à luz do novo código*. 3.º ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013, p. 74.

⁶⁰ SOUSA, Miguel Texeira de – **Estudos sobre o Novo Processo Civil**. Lisboa: Lex, 1997, p. 588 a 589.

⁶¹ FREITAS, José Lebre – **Introdução ao Processo Civil** – *Conceitos e princípios gerais à luz do novo código*. 3.º ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013, p. 74 a 76.

O que releva á luz da lei é a sua qualidade jurídica, como Parte com um interesse relevante no processo. Assim, de acordo com o artigo 581.º/2 do CPC, entende-se que há identidade de um sujeito numa relação controvertida, para efeitos de caso julgado, quando o litigante no segundo processo for sucessor do primeiro⁶².

Na eventualidade que uma das Partes originais transmita o seu direito face à relação jurídica relevante, entende-se que a substituição não altera a natureza desta⁶³. É apenas necessário que, perante a lei, a Parte mantenha o mesmo interesse e legitimidade face a um processo subsequente.

De acordo com Miguel Teixeira de Sousa o “(...) *interesse processual pode definir-se como o interesse da parte ativa em obter a tutela judicial de um direito subjetivo através de um determinado meio processual*”⁶⁴.

Sobre a legitimidade, cita-se Paulo Pimenta, que diz que “(...) *a legitimidade do autor afere-se pela utilidade derivada da procedência da ação e a legitimidade do réu pelo prejuízo que dessa procedência advenha. Concretizando, poderemos dizer que o autor é parte legítima sempre que a procedência da ação (previsivelmente) lhe venha a conferir (para si e não para outrem) uma vantagem ou utilidade, e o réu é parte legítima sempre que se vislumbre que tal procedência lhe venha a causar (a si e não a outrem, também) uma desvantagem*”⁶⁵.

Deste modo, considera-se que existe legitimidade quando o autor retira utilidade da procedência da ação. Por sua vez, o réu é uma Parte legítima quando, ao ser demandado e por poder vir a sofrer prejuízo se isso ocorrer, contradiz as alegações do autor e defende a sua posição⁶⁶.

⁶² NETO, Abílio – **Novo Código de Processo Civil** – Anotado. 2.º ed. revista e ampliada. Lisboa: Ediforum, 2014, p. 642, nota B.9.

⁶³ Pode haver uma alteração à relação jurídica existente face à outra Parte, contudo este não é o propósito deste estudo. É suficiente dizer que em casos em que com a substituição se alteram os termos do contrato, nasce uma nova relação jurídica, que implica não haver um verdadeiro paralelismo entre os processos. Assim o é porque um conflito que surja posteriormente já não será baseado na mesma relação contratual.

⁶⁴ SOUSA, Miguel Teixeira de – **O Interesse Processual na Acção Declarativa**. Lisboa: Associação Académica de Direito, 1989, p. 5.

⁶⁵ PIMENTA, Paulo – **Processo Civil Declarativo**. Coimbra: Almedina, 2014, p. 68.

⁶⁶ SOUSA, Miguel Teixeira de – **O Interesse Processual na Acção Declarativa**. Lisboa: Associação Académica de Direito, 1989, p. 6.

Assim, afere-se o interesse processual das Partes na ação através do interesse que estas têm em obter tutela dos seus direitos através de um meio jurisdicional.

Por este motivo, o interesse das Partes têm de ser direto. Mesmo que possa vir a ser beneficiado ou a sofrer danos por causa de um processo, só quem tem uma relação direta para com a causa é que poderá ser Parte desta. Assim, não pode um terceiro à relação jurídica vir a ser autor ou réu na ação.

Em relação a este tópico, cita-se José Alberto dos Reis que refere que o artigo 30.º “(...)exige que o interesse seja direto. Não basta, pois, um interesse indireto ou reflexo; não basta que a decisão da causa seja suscetível de afetar, por via de repercussão por via reflexa, uma relação jurídica de que a pessoa seja titular. Noutros termos: não basta que as Partes sejam sujeitos duma relação jurídica conexa com a relação litigiosa; é necessário que sejam os sujeitos da própria relação litigiosa”⁶⁷.

Infere-se, assim, a legitimidade⁶⁸ das Partes é determinada pela utilidade que estas derivam da procedência ou improcedência da ação, no caso do autor e do réu respetivamente. Por outro lado, o interesse processual determina que as Partes devem ter um interesse direto na causa.

Em suma, conclui-se que o interesse da Parte se define por uma relação direta com a causa, tendo uma relação *posicional* face ao litígio, por oposição à qualidade pessoal exigida da Parte quanto à personalidade jurídica e capacidade judiciária⁶⁹.

Em termos de interesse legítimo das Partes, este é igual ou semelhante o suficiente para ser considerado como comum quando em ambas as ações as Partes demandantes pretendem fazer uso do seu direito de tutela de um direito subjetivo e que as Partes demandadas pretendem contrariar a procedência dessa mesma tutela.

Ao nível internacional, Bernard Hanotiau, interpretando as regras que regem a arbitragem internacional, afirma que os tribunais arbitrais internacionais

⁶⁷ REIS, José Alberto dos – **Código de Processo Civil** - *Anotado* – Vol. I - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 1982, p. 84.

⁶⁸ MACHADO, António Montalvão e PIMENTA, Paulo – **O Novo Processo Civil**. 12.º ed. Coimbra: Almedina, 2010, p. 86.

⁶⁹ SOUSA, Miguel Teixeira de – **O Interesse Processual na Acção Declarativa**. Lisboa: Associação Académica de Direito, 1989, p. 69.

consideram que são Partes aquelas que hajam concordado com a convenção arbitral⁷⁰.

Por outras palavras, ainda que as Partes não sejam as originais, os seus interesses serão, presumidamente, considerados como idênticos⁷¹ - mas apenas quando existe uma transmissão da posição jurídica da Parte original para um terceiro. Esta posição jurídica enquadra todos os direitos, deveres, interesses e expetativas que a Parte original detinham.

Adicionalmente, o TJE entendeu que em ações com causa de pedir e pedidos idênticos, o segundo tribunal a ser contactado deve rejeitar competência, mas apenas até onde as Partes em comum sejam Partes da primeira ação⁷².

Outrossim, mesmo que uma das Partes originais haja transmitido os seus direitos contratuais a um terceiro, se continuar a promover o processo, ou processos, pendente, consideram-se como as mesmas Partes.

2.2.2. IDENTIDADE DO PEDIDO

O segundo critério é a identidade do pedido, entendendo-se este na forma em que está configurado no artigo 581.º/2 do CPC.

Assim, existe uma semelhança entre a identidade de pedidos entre duas ações quando ambas pretendem obter o mesmo efeito jurídico. Neste contexto, efeito jurídico é o resultando pretendido pelo autor e a consequência que o réu quer evitar caso a decisão seja favorável ao autor.

Por exemplo, o autor de uma ação pretende que o réu seja condenado a pagar uma dívida que adveio da quebra do contrato que havia entre as Partes.

Para que exista paralelismo entre os processos, é necessário que, que a finalidade do pedido seja a mesma.

Por outras palavras, é necessário que num pedido subsequente, o autor pretenda que a dívida que o Réu seja saldada.

Em conclusão, a identidade do pedido refere-se à pretensão que o autor pretende ver realizada através da ação.

⁷⁰ HANOTIAU, Bernard – **Complex Arbitrations** – Multiparty, Multicontract, Multi-issue and Class Actions, p. 7.

⁷¹ ERK, Nadja – **Parallel Proceedings in International Arbitration** – *A Comparative Perspective*. Países Baixos: Kluwer Law International, p. 17, para. 1.03, 1, [b].

⁷² Caso C-406/92 Tatry v Maciej Rataj [1994] ECR I-5439, para. 30.

Outra definição resultou do Tribunal de Justiça Europeu (TJE), através da sua jurisprudência⁷³. Analisados a jurisprudência deste, concluiu Nadja Erk que o TJE⁷⁴ “(...) *has concluded that proceedings may be considered as being between the same parties on the grounds that they pursue the same interest with their actions*”⁷⁵.

O TJE considerou também que em casos cujo os interesses das Partes sejam idênticos e impossíveis de desassociar, uma decisão a favor de uma das Partes num momento anterior, necessariamente exige que decorra *res judicata* face a outra.⁷⁶⁷⁷

O TJE procede, também, através de jurisprudência, a um elencar exaustivo⁷⁸ das situações em que se consideram “relacionadas” as ações, não deixando, deste modo, à descrição dos Estados Membros a definição do termo – acrescenta-se que o artigo 30.º não considera como necessário que sejam as mesmas Partes nem a mesma causa de pedir, apenas que sejam relativamente próximos ou intrinsecamente ligados entre si⁷⁹.

2.2.3. CAUSA DE PEDIR

Uma ação irá ser iniciada através da apresentação de um pedido. Quando se fala no início de uma ação, estamos a falar em impulso processual⁸⁰ que assinala a “(...) *existência (e a pendência) de uma acção*”⁸¹. Todo este processo é uma expressão do poder que os particulares têm de fazer valer os seus direitos e de dispor livremente destes⁸².

⁷³ Caso C-406/92 Tatry v Maciej Rataj [1994] ECR I-5439, para. 30; Caso C-351/96 Drowot Assurances SA v Consolidated Metallurgical Industries [1998] ECR I-3075, para. 16.

⁷⁴ Embora as decisões do TJE não se apliquem à arbitragem, consideramos que uma vez que se aplicam aos tribunais judiciais nacionais, releva mencionar a sua posição sobre estes critérios. Aqui, tal como no caso da Convenção de Bruxelas, procuramos transmitir a definição mais clara e sustentável possível de cada um dos critérios materiais.

⁷⁵ ERK, Nadja – **Parallel Proceedings in International Arbitration – A Comparative Perspective**. Países Baixos: Kluwer Law International, p. 20, para. 1.03, [1], [b].

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ Caso C-351/96 Drowot Assurances SA v Consolidated Metallurgical Industries [1998] ECR I-3075, para. 19.

⁷⁸ Caso C-406/92 Tatry v Maciej Rataj [1994] ECR I-5439, para. 52.

⁷⁹ ERK, Nadja – **Parallel Proceedings in International Arbitration – A Comparative Perspective**. Netherlands: Kluwer Law International, p. 17, para. 1.03, 1, [2].

⁸⁰ PIMENTA, Paulo – **Processo Civil Declarativo**. Coimbra: Almedina, 2014, p. 12.

⁸¹ *Idem*.

⁸² *Idem*.

O impulso processual é um corolário do princípio dispositivo do direito de processo civil português. Estes manifesta-se em três vertentes. O mencionado impulso processual, os limites da sentença e a delimitação dos contornos fáticos do litígio⁸³.

Ora, resulta do princípio dispositivo que as Partes devem definir quais os factos jurídicos relevantes para a ação que foi iniciada, sendo responsáveis por sustentar a sua pretensão.

Por um lado, o autor irá alegar determinados factos, de modo a justificar o pedido por si formulado. Por outro, o réu irá alegar factos que fundamentam a sua defesa⁸⁴.

Num todo, o início da ação requer que seja apresentado um pedido de tutela jurisdicional pelo autor. Este pedido de tutela, por sua vez, têm dois elementos constitutivos – o pedido em si, e a causa de pedir.⁸⁵

O pedido, como elemento constitutivo, refere-se à norma que o autor da ação invocou com base nos factos jurídicos. Por sua vez, a causa de pedir são os factos jurídicos que levam a que o autor dê início à ação e que são utilizados para preencher a norma invocada.

Estes dois elementos combinados formam o pedido que é, fundamentalmente, o objeto do processo.

Sobre este, cita-se Miguel Teixeira de Sousa que diz que “*o objeto do processo é necessariamente dual, pois sem causa de pedir não há individualização da pretensão processual e sem pedido não existe requisição de tutela jurisdicional para a pretensão processual individualizada. O que significa, em resumo, que no objeto processual existe um aspeto de individualização, a causa de pedir e a pretensão processual individualizada, e um aspeto de função, a forma de tutela jurisdicional requerida*”⁸⁶.

Como já foi feito anteriormente, enquadramos este critério no sistema jurídico nacional. Por este motivo, é relevante que observemos este critério no

⁸³ *Idem*, p. 15.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ GOUVEIA, Mariana França – **A Causa de Pedir na Acção Declarativa**. Coimbra: Almedina, 2004, p. 35.

⁸⁶ SOUSA, Miguel Teixeira de – **O Objecto da Sentença e o Caso Julgado Material – O Estudo sobre a Funcionalidade Processual**. Lisboa: Boletim do Ministério de Justiça, 325. 1983, p.105 a 106.

seu enquadramento global para que seja adequada a sua interpretação face à lei portuguesa.

Assim, iremos tratar de analisar os dois elementos constitutivos do pedido já mencionado, uma vez que não seria possível abordar a causa de pedir como critério sem referir o pedido em si.

Adicionalmente, iremos abordar a questão de factos principais e factos instrumentais, assim como o concurso de normas. Entendemos que é necessário referir estas questões, embora brevemente, para que se possa compreender o presente critério.

Dada a densidade destas questões, entendeu-se que seria benéfico para uma melhor compreensão que houvesse uma separação de cada uma delas.

A. CAUSA DE PEDIR

A causa de pedir, como já referido, consubstancia-se nos factos jurídicos invocados pelo autor para fundamentar o seu pedido, e os factos jurídicos invocados pelo réu para fundamentar a sua defesa.

Por outras palavras, a causa de pedir é a fundamentação que individualiza o impulso processual. É necessário que haja, com base em factos jurídicos, um motivo que leve a Parte a procurar tutela jurisdicional.

Entende-se como facto jurídico um facto ou evento que produz efeitos jurídicos. Estes podem ser naturais ou humanos, voluntários ou involuntários. Os factos jurídicos voluntários (ou intencionais) designam-se como atos jurídicos, que se separam em atos jurídicos lícitos ou ilícitos⁸⁷.

Portanto, tendo em conta tudo o que foi já dito, considera-se que existe identidade da causa de pedir quando a pretensão deduzida em ambas precede o mesmo facto jurídico. Esta definição vai de encontro ao que está presente no artigo 581.º/4 do CPC relativamente aos requisitos da litispendência e de caso julgado.

Em conclusão, devemos analisar a identidade da causa de pedir com base nos factos jurídicos que motivam as ações. Deste modo, quando são invocados os mesmos factos principais, estamos perante uma causa de pedir idêntica. Em

⁸⁷ ALMEIDA, Carlos Ferreira – **Contratos I**. 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2013, p. 29.

relação aos efeitos de adição de factos instrumentais à causa de pedir, este tópico será retomado *infra*.

No foro internacional, entende-se que as causas de pedir de duas ou mais ações são semelhantes o suficiente para que as ações sejam consideradas como paralelas quando o objeto das subconsequentes ações for o mesmo que da ação original.

Este critério por si só não se encontra particularmente definido, ao contrário do que acontece no ordenamento jurídico doméstico, sendo conjugado com o critério das Partes e o da identidade do pedido.

Assim, entende-se, no foro internacional, que para compreender a causa de pedir, como requisito que enquadra os factos jurídicos controvertidos e qual o pedido feito pelas Partes, se deve observar a ação. Casuisticamente deve considerar-se a causa de pedir, se esta têm os mesmos elementos referidos que as restantes.

Do mesmo modo que se mencionou o TJE, referimo-nos à Convenção de Bruxelas, e por esse motivo mencionamos o artigo 29.º do Regulamento de Bruxelas, o TJE entendeu que em ações que envolvam a mesma causa de pedir, ou objeto da ação com algumas, mas não todas, as Partes do primeiro pedido, o segundo tribunal a ser contactado deve rejeitar competência, mas apenas até onde as Partes em comum sejam Partes da primeira ação⁸⁸.

Em casos que não se enquadram no artigo 29.º do Regulamento de Bruxelas, aplica-se o artigo 30.º, que considera que “*se estiverem pendentes ações conexas em tribunais de diferentes Estados-Membros, todos eles podem suspender a instância, com exceção do tribunal demandado em primeiro lugar.*”⁸⁹. O artigo 30.º, ponto 3, acrescenta que são consideradas como relacionadas as ações processuais que sejam tão próximas que se torna necessário julgá-las em conjunto, por risco de resultarem decisões inconciliáveis de processos paralelos.

B. FACTOS PRINCÍPAIS E NÃO PRINCÍPAIS

⁸⁸ Caso C-406/92 Tatra v Maciej Rataj [1994] ECR I-5439, para. 30.

⁸⁹ Retirado do Regulamento de Bruxelas, versão original em Português, atualizada em 2012. Disponível em: [WWW: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:351:0001:0032:pt:PDF>](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:351:0001:0032:pt:PDF).

Na análise dos factos jurídicos invocados, temos de considerar se a causa de pedir será considerada a mesma, se na segunda ação forem referidos factos jurídicos principais e/ou não principais que não foram alegados na primeira ação.

Primeiramente, são considerados como factos essenciais todos aqueles são necessários para cumprir o efeito pretendido pela fatispécie normativa produtora de efeitos que foi invocada⁹⁰ pelas Partes.

Portanto, os factos principais de um pedido são os que identificam e substanciam a situação jurídica normatizada que o autor invoca e a que o réu utilizada na sua defesa⁹¹. Consideram-se que são factos essenciais, pois determinam o objeto do processo e individualizam a pretensão das Partes.

Em segundo lugar, existem factos instrumentais e factos complementares ou concretizadores.

Os factos instrumentais estão presentes no artigo 5.º/2/a) do CPC – são os factos que o autor e o réu alegam de modo a permitir a prova indiciária dos factos principais invocados.⁹²

Já os factos complementares ou concretizadores, presentes no mesmo número do artigo referido, na alínea b), complementam e concretizam os factos principais alegados, para que a ação possa prosseguir. Por este motivo, embora essenciais para a fundamentação dos factos principais, não têm a função individualizadora do tipo legal⁹³.

Podem ser conhecidos através da instrução da causa ou oficiosamente pelo tribunal. O único critério é que todas as Partes tenham tido oportunidade de se pronunciar sobre eles, como resulta do disposto no artigo 5.º/2/b) do CPC⁹⁴.

Resulta desta definição que, embora importantes, os factos não principais não alteram o núcleo factual essencial que compõem o objeto do processo.

Nas suas palavras da Professora Mariana França Gouveia, a causa de pedir “(...) *será corretamente aplicada se entender que a causa de pedir se identifica com o conjunto de todos os factos principais que permitem preencher*

⁹⁰ FREITAS, José Lebre de – **Sobre o novo Código de Processo Civil (Uma visão de fora)**. Lisboa: Revista da Ordem dos Advogados, Ano 73, I, 2013, p. 36.

⁹¹ Art. 5.º/1 CPC.

⁹² PIMENTA, Paulo – **Processo Civil Declarativo**. Coimbra: Almedina, 2014, p. 19.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ *Idem*.

determinada norma jurídica. Apenas quando em ação diferente se aleguem normas que impliquem pelo menos um facto principal diferente, será diferente a causa de pedir.

Ou seja, apenas nos casos em que há igualdade total dos factos principais entre duas ações em simultâneo pendentes, haverá litispendência. Estes factos principais enquadram apenas os que servem de fundamento ao pedido, o que tem como consequência que, propondo o réu ação de sentido contrário, basta a identidade dos factos constitutivos do direito do autor que o réu alega (para logo de seguida invocar a exceção) para que haja identidade de causa de pedir”⁹⁵.

Entende-se, por este motivo, que a causa de pedir só é considerada a mesma se o núcleo essencial dos factos da segunda ação forem idênticos ao da primeira⁹⁶.

Estes terão de ser necessariamente os mesmos, pois havendo uma adição ou subtração dos factos invocados altera-se a essência do objeto do pedido⁹⁷.

Por oposição, não é necessário que os factos instrumentais, complementares e/ou concretizadores sejam os mesmos⁹⁸. Como se pode ver através do que já foi dito, estes não concretizam o preenchimento da norma invocada, sendo relegados a um papel de apoio ou de fundamentação dos factos principais.

C. PEDIDO

Atendendo-se ao que já foi dito, infere-se que não é necessário que a norma invocada seja a mesma.

Ou melhor, numa segunda ação, o autor pode optar por recorrer a uma norma diferente, que seja concretizada pelos mesmos factos jurídicos principais.

⁹⁵ GOUVEIA, Mariana França – **A Causa de Pedir na Acção Declarativa**. Coimbra: Almedina, 2004, p. 508 a 509.

⁹⁶ REIS, José Aberto dos – **Código de Processo Civil Anotado** – Vol. III. Coimbra: Almedina, 1985, p. 123.

⁹⁷ NETO, Abílio – **Novo Código de Processo Civil – Anotado**. 2.º ed. revista e ampliada. Lisboa: Ediforum, 2014, p. 644, nota B.30.

⁹⁸ *Idem*.

Contudo, a alteração da norma invocada é relativamente indiferente no contexto dos processos paralelos⁹⁹.

Retomando o que foi dito no ponto anterior, apenas os factos essenciais são necessários para determinar o objeto do pedido. Os restantes factos são secundários em relação à delimitação do conteúdo factual que preenche a norma.

Sobre este tema, a Professora Mariana França Gouveia refere que “*uma acção posterior será barrada (...) quando os mesmos factos reconhecidos como provados são os únicos alegados, mesmo que a norma invocada seja diferente. Estes factos principais enquadram apenas os que servem de fundamento do pedido, o que tem como consequência que, propondo o réu acção de sentido contrário, basta a identidade dos factos constitutivos do direito do autor que o réu alega (para logo de seguida invocar a excepção) para que haja identidade de causa de pedir*”¹⁰⁰.

A alteração da norma escolhida para obter o mesmo fim, se tudo o resto se mantiver igual, não derroga o facto de estarmos perante ações que se sobrepõem.

Conclui-se que, mesmo que não seja invocada a mesma norma, a causa de pedir continua a ser idêntica se o enquadramento factual essencial utilizado for o mesmo.

D. CONCURSO DE NORMAS

Atendendo ao que foi exposto no ponto anterior, pareceu-nos importante incidir sobre a existência de concursos reais de normas.

O objeto deste ponto é compreender de que modo se pode excluir a existência de paralelismo entre ações, no que concerne à alteração das normas invocadas pelas Partes nos diversos processos.

Quando num dos processos é invocada uma norma diferente, com base nos mesmos factos jurídicos, podemos estar perante um concurso real ou aparente de normas.

⁹⁹ Dizemos que são relativamente indiferentes pois podem haver um concurso real de normas, tema que será analisado seguidamente.

¹⁰⁰ GOUVEIA, Mariana França – **A Causa de Pedir na Acção Declarativa**. Coimbra: Almedina, 2004, 508 a 509.

Estamos perante um concurso aparente de normas quando várias normas podem ser preenchidas pelo mesmo núcleo de factos jurídicos. Contudo, todos estes providenciam uma tutela jurídica semelhante. Por outras palavras, várias normas podem ser invocadas pelas Partes, com o intuito prosseguir um determinado efeito jurídico. Por este motivo, a aplicação de uma delas irá, naturalmente, excluir as restantes.

A contrária, estamos perante um concurso real de normas quando existe uma pluralidade de normas que podem ser invocadas, com base nos mesmos factos jurídicos, mas que podem ser aplicadas cumulativamente. No caso de as Partes não invocarem numa só ação todas as normas aplicáveis, pode ser iniciada uma nova ação para esse fim.

Considera-se que no caso dos processos paralelos estamos perante duas ações que se sobrepõem suficientemente que duas decisões seriam redundantes.

Assim, só será considerado que há identidade da causa de pedir e de pedido quando estivermos perante ações em que, sendo invocadas normas diferentes, estas estão em concurso aparente.

Isto porque, estando perante um concurso real de normas, os mesmos factos preenche várias normas, sendo possível formular pedidos com base em todas. Não há identidade do pedido, embora haja identidade da causa de pedir.

Naturalmente que, sendo invocadas normas cuja finalidade é tutelar o mesmo interesse, há identidade das causas. Por outras palavras, mesmo que haja um concurso real de normas, é necessário que sejam invocadas as normas que procuram uma tutela diferente.

Portanto, só havendo um concurso real de normas e só se for invocada uma norma que procura outro fim, é que há legitimidade para serem iniciadas várias ações com base nos mesmos factos jurídicos.

3. PROCESSOS PARALELOS

3.1. ENQUADRAMENTO

Como já foi referido, podem ser iniciados processos paralelos no mesmo foro jurisdicional ou em foros diferentes. Pode, ainda, ser iniciada uma ação idêntica a outra que já terminou, no mesmo tribunal ou noutra tipo tribunal.

Neste ponto observamos processos paralelos que sejam iniciados num tribunal judicial e num tribunal arbitral, seja enquanto o primeiro processo ainda decorre ou quando este já terminou.

De seguida iremos analisar a questão quando são iniciados vários processos no mesmo foro jurisdicional.

3.2. PROCESSOS PARALELOS EM SEDES JURISDICIONAIS DIFERENTES

Iniciamos a nossa análise dos efeitos práticos de decorrem processos paralelos por analisar quais as consequências advindas destas circunstâncias.

Primeiro, note-se que os processos paralelos podem existir quando um deles já terminou ou quando ambos ainda estão a prosseguir.

Quando estas situações ocorrem, pode criar-se um conflito de competência, mesmo que aparente, entre os dois tribunais. Torna-se necessário, por este motivo, destringir se existe algum tipo de competência atribuída que derogue a competência de outro tribunal.

A razão de ser desta necessidade é que, não havendo uma atribuição de competência específica, não há nenhuma obrigação legal das Partes de recorrer à arbitragem.

Assim, se o autor optar por iniciar a ação num tribunal judicial e depois, for iniciada uma ação idêntica num tribunal arbitral, este não terá competência para dirimir o conflito. Isto é, já foi afastada a possibilidade de resolver o conflito, em primeira fase, através de um tribunal arbitral.

Por outras palavras, não havendo uma convenção arbitral, não há alocação de competência a um tribunal arbitral para resolver o conflito. Deste modo, o tribunal judicial será perfeitamente competente para o fazer, não havendo verdadeiramente um problema de competência.

Será suficiente que Parte demandada na segunda ação invoque a incompetência do tribunal no momento adequado, por já ter sido decidido o conflito ou por já estar a decorrer uma ação idêntica.

Então, é necessário voltarmo-nos para os problemas que podem surgir quando existe uma convenção arbitral.

No momento em que as Partes assinam uma convenção arbitral, nasce um direito potestativo para todos os subscritores desta. Podem todos estes iniciar a constituição de um tribunal arbitral para dirimir um litígio.

Consequentemente, a convenção arbitral faz nascer na esfera jurídica de todos os subscritores o direito de recorrer à arbitragem, se surgir um conflito. Para além do efeito potestativo da convenção, esta produz um efeito positivo, e opcionalmente, um efeito negativo na esfera jurídica das Partes¹⁰¹.

O efeito positivo infere que se for iniciada uma ação arbitral, as Partes demandadas devem prosseguir com esta, por força da convenção arbitral. O efeito negativo¹⁰² da convenção arbitral ocorre quando as Partes, expressa ou tacitamente, estão impedidas de recorrer aos tribunais judiciais¹⁰³.

Dito isto, iniciadas duas ações nos dois foros jurisdicionais, a forma de resolver a questão segue um padrão semelhante em ambos. Primeiro, o tribunal em que é iniciada a primeira ação deve considerar se é competente para dirimir o litígio. Em segundo lugar, o tribunal em que for iniciada a segunda ação deve considerar a sua própria competência.

Por um lado, sendo a primeira ação suscitada num tribunal judicial e só posteriormente num tribunal arbitral, pode ser suscitada a incompetência do primeiro por haver uma convenção arbitral¹⁰⁴.

De acordo com o artigo 277.º, alínea b) do CPC, sendo suscitada a existência de um compromisso arbitral, o tribunal extingue a instância por haver incompetência absoluta do tribunal judicial para resolver o litígio¹⁰⁵, com base no artigo 96.º.

Todavia, quando suscitada a incompetência, o tribunal judicial poderá considerar que a convenção arbitral é nula, ou que esta se tornou ineficaz ou inexecutável¹⁰⁶. Se este não considerar que haja razão para desconsiderar a convenção, deve a instância ser absolvida.

¹⁰¹ GOUVEIA, MARIANA FRANÇA – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** – 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 181.

¹⁰² Art. 5.º da LAV

¹⁰³ As Partes quando incluem uma cláusula arbitral ou assinam um compromisso arbitral, podem estipular que não será possível recorrer a um tribunal judicial, seja de todo ou em primeira linha, para a resolução do conflito. Adicionalmente, se não for incluída a possibilidade de recorrer a um tribunal judicial, então dá-se um afastamento tácito desse direito. Ainda, podem as Partes estipular que só quando falhe o recurso à arbitragem (por falta de competência do tribunal arbitral, i.g.) é que poderão as Partes recorrer aos tribunais estaduais. O mesmo efeito negativo aplica-se a qualquer outra forma de resolver o litígio como, i.g., a mediação.

¹⁰⁴ Como já referido, esta pode excluir a possibilidade de recurso a um tribunal judicial, em primeira linha ou de todo.

¹⁰⁵ Art. 278.º/1/a) do CPC.

¹⁰⁶ Art. 5.º/3 da LAV.

Note-se que pode colocar-se a hipótese do tribunal judicial recorrer à exceção de litispendência, uma vez que se tratam de processos idênticos a decorrer em simultâneo.

Poderia, assim, suspender a ação enquanto decide se têm competência para dirimir o litígio e se a convenção arbitral é válida¹⁰⁷. Durante este período, a ação arbitral poderá continuar, por força do artigo 5.º/2 da LAV. Se o tribunal judicial considerar que o tribunal arbitral é incompetente para julgar, quando esta decisão transitar em julgado cessa o processo arbitral, ou, a decisão arbitral proferida deixa de produzir efeitos¹⁰⁸.

Todavia, temos de considerar se é possível utilizar o instituto da litispendência nestes casos.

Face ao tribunal arbitral, o tribunal judicial poderá suspender a ação, se a sua competência for invocada como impedimento ao procedimento da ação. Isto porque, como fica claro face ao artigo 580.º e o artigo 581.º do CPC, o tribunal judicial deve suspender e absolver uma instância que seja idêntica a outra que já esteja a decorrer.

Por sua vez, o tribunal arbitral fica numa posição menos clara em termos de litispendência. Se a sua falta de competência for invocada durante o processo, o tribunal pode suspender temporariamente as sessões, enquanto delibera sobre a questão.

Em suma, o tribunal judicial, se tiver conhecimento da questão, deve suspender a ação. Mas o tribunal arbitral não pende verdadeiramente ação, apenas suspende o seu processo enquanto delibera. No caso de se considerar competente, esta prossegue nos termos normais.

Face ao que foi dito, apresenta-se um problema adicional. O conhecimento de incompetência do tribunal judicial não é oficioso. De acordo com o disposto na lei, não sendo suscitado por uma das Partes a incompetência do tribunal judicial, há uma revogação da convenção.

¹⁰⁷ Sobre a questão de competência do tribunal judicial de analisar a competência de um tribunal arbitral (o denominado princípio da competência da competência), a questão será tratada *infra*.

¹⁰⁸ Art. 5.º/3 da LAV.

Repare-se que como estamos no âmbito do livre exercício da vontade das Partes. Não sendo suscitada a questão, estas estão a revogar a convenção arbitral de sua livre vontade e de forma legal.

Estando já a decorrer a ação em sede arbitral, o tribunal arbitral pode considerar-se competente, no do âmbito da convenção arbitral. Tendo sido revogada a convenção arbitral, é retirada a competência exclusiva ao tribunal arbitral de decidir sobre a questão.

Todavia, se a sua incompetência não for suscitada nos termos do artigo 18.º/4 da LAV, cria-se uma convenção arbitral tácita, da mesma forma que a original foi tacitamente repudiada pelas Partes. Prosseguindo os dois processos, duas decisões seriam emitidas.

A Professora Doutora Mariana França Gouveia apresenta uma solução¹⁰⁹ para esta situação pouco ortodoxa - será dada primazia ao primeiro tribunal onde foi apresentada a ação.

Igualmente, se a primeira ação por iniciada em sede arbitral, o tribunal judicial terá de se considerar incompetente quando a segunda ação for iniciada no seu âmbito. Salvaguarda-se, como já dito, o poder do tribunal judicial de considerar que a convenção arbitral não é válida.

Assim, o tribunal judicial deve absolver a instância ou suspende-la, nos mesmos parâmetros referidos *supra*.

Se o tribunal arbitral considerar que não é competente, as Partes ficam livres para resolver o conflito através de outro meio jurisdicional ou para elaborarem outra convenção arbitral, se assim o entenderem.

Passamos agora a analisar a situação por outro prisma – se a ação original já tiver sido resolvida, em sede judicial ou arbitral.

Já tendo sido resolvida a questão em sede arbitral, o tribunal judicial teria de ser considerar como incompetente por força da exceção de caso julgado¹¹⁰.

De acordo com o disposto na segunda parte do n.º1 do artigo 580.º do CPC, já havendo uma sentença que já não admite recurso ordinário, o tribunal não poderá decidir a questão.

¹⁰⁹ *Idem*, p.183.

¹¹⁰ Art. 580.º/1 do CPC.

Embora a sentença não advenha do foro judicial, as decisões arbitrais têm força vinculativa e a LAV reconhece-lhes a mesma força executiva de uma sentença judicial¹¹¹. Entende-se, deste modo, que na eventualidade de já haver uma sentença arbitral, esta enquadra-se na disposição do artigo 580.º sobre a exceção de caso julgado¹¹².

Alternativamente, pode ser que já haja uma sentença sobre o mesmo conflito, tendo a ação decorrido no foro judicial.

Nestes casos, entendemos que a solução é a mesma. O tribunal arbitral já não têm competência para resolver o litígio, mesmo que haja uma convenção arbitral. Isto é, uma vez que as Partes não invocaram a incompetência do tribunal judicial, tacitamente repudiaram a convenção arbitral.

Adicionalmente, esgotou-se o poder jurisdicional de dirimir o litígio, seja em que sede for, no momento em que as Partes esgotaram todos os recursos possíveis da ação.

Nos casos em que ambas as ações procedem em simultâneo, cada um dos tribunais poderá ser levado a considerar a sua competência. Não sendo levantada a questão em nenhum dos foros, então será dada primazia à primeira decisão proferida.

Nos casos em que já há uma decisão proferida, então será impossível ao segundo tribunal considerar a questão. Isto porque, face ao princípio de *res judicata*, esgotou-se a possibilidade de conhecer do litígio.

Este princípio, que se aplica às decisões judiciais e às decisões arbitrais, dita que uma vez que seja emitida uma decisão sobre um conflito, não ser iniciada uma segunda ação em que haja identidade de Partes, causa de pedir e pedido.

A nível internacional, o princípio de *res judicata* foi definido pela ILA, através do seu Comité de Arbitragem Comercial Internacional. Procurando estabelecer um corpo de critérios gerais transnacionais para arbitragens

¹¹¹ Art. 39.º/4 e 42.º/7 da LAV.

¹¹² Para este efeito, menciona-se o acórdão do tribunal da relação de Guimarães, processo 1257/13.2TBVCT.G1. [Em linha]. Pode ser visto em: <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/baeeb837baf127ff80257c8900531ea5?OpenDocument>

internacionais, desde 2004 publicam “Interim and Final Report on *Res Judicata* and *Lis Pendens*”¹¹³.

No seu relatório final, a ILA definiu o seguinte: “*Res judicata regarding international arbitration awards should not necessarily be equated to res judicata of judgments of state courts and, thus, may be treated differently than res judicata under domestic law. International arbitral awards in accordance with the Recommendations are to be treated differently than judgments.*

This is due to the differences between international commercial arbitration and domestic court dispute settlement, as well as to the international character of arbitration, which should not be reduced to domestic notions regarding res judicata that are valid in a domestic setting but are hardly appropriate in an international context”¹¹⁴.

Exceccionalmente, poderá o tribunal judicial considerar que a decisão não é válida ou que o tribunal arbitral não é competente para decidir a questão.

Se, assim, as ações prosseguirem e forem proferidas várias decisões, aplica-se o artigo 625.º do CPC. De acordo com este artigo, são proferidas duas decisões sendo a ação é idêntica, aplica-se a decisão tenha sido proferida em primeiro lugar.

Ocorrendo este fenómeno, no caso de serem proferidas múltiplas decisões, aplica-se a mesma solução oferecida pela Professora Mariana França Gouveia e do artigo 625.º do CPC.

As questões sobre processos paralelos dentro da esfera jurisdicional judicial não são tema deste trabalho. Quando aos problemas que possam surgir nos processos paralelos em sede arbitral, esses serão analisados *infra*.

3.2.1. PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA DA COMPETÊNCIA

Tendo em conta o que foi dito acima, analisamos agora o princípio da competência da competência. Este é relevante uma vez que quando um tribunal judicial toma uma posição sobre a competência de um tribunal arbitral, é necessário que obedeça a determinadas regras.

¹¹³ Adicionalmente, a ILA adotou o texto “Recommendations on *Lis Pendens* and *Res Judicata* and Arbitration”. O relatório de 2006 foi referido no presente relatório, nota de rodapé 60.

¹¹⁴ ILA Final Report on *Res Judicata* and Arbitration, Intl Arb, 2009, para. 25.

De acordo com o artigo 64.º do CPC, são da competência, em razão da matéria o tribunal judicial, dos tribunais judiciais as causas que não sejam atribuídas a outra ordem jurisdicional.

Deste modo, cabe analisar se um tribunal estadual pode analisar a competência de um tribunal arbitral, e se, nestes casos, o deve fazer.

Segundo o artigo 96.º do CPC, alínea b), um tribunal judicial encontra-se num estado de incompetência absoluta quando existe preterição de tribunal arbitral. Assim, sendo iniciada uma ação no foro judicial havendo uma convenção arbitral, uma das Partes pode levantar a questão de incompetência.

Quanto à questão de decidir a quem cabe a competência de resolver o processo, sendo iniciadas duas ações, uma no foro judicial e outra no foro arbitral, é necessário referir o princípio de “*competence-competence*”, ou como é conhecido em Portugal, o princípio da competência da competência do tribunal arbitral¹¹⁵.

O princípio da competência da competência dita que o tribunal arbitral pode decidir sobre a sua própria competência de resolver o litígio. Este princípio consagra-se na previsão do artigo 18.º da LAV.

Este princípio tem um efeito dual – um efeito positivo e um efeito negativo. Por um lado, este define que os tribunais arbitrais têm competência de se pronunciar sobre a sua própria competência. Este é o efeito positivo do princípio. O efeito negativo, por outro lado, impede que os tribunais judiciais possam pronunciar-se sobre a competência de um tribunal arbitral sem que este tenha tido a possibilidade de o fazer.

Se a convenção arbitral for inválida, ou se uma das Partes invocar a invalidade da convenção, o tribunal arbitral uma vez constituído analisa a questão.

No número 2 do mesmo artigo, fica também claro que a cláusula arbitral é independente do contrato em que se insere. Esta separação de validade é relevante para os casos em que uma Parte pretenda alegar a incompetência do tribunal, baseando-se na invalidade do contrato.

¹¹⁵ GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 182.

O foco da questão, para o tema em mãos, é o de saber se a delimitação de apreciação de competência de um tribunal arbitral se estende aos tribunais judiciais. Nas palavras da Professora Mariana França Gouveia:

*“Na sua formulação positiva – o tribunal arbitral tem competência para apreciar a sua própria competência – o princípio da competência da competência não traz dificuldades de interpretação e de aplicação. Estas surgem, porém, quando se pretende aplicar o efeito reflexo aos tribunais estaduais. Esclarecendo, a questão em que agora se entra é a de saber se esta competência dos tribunais arbitrais de apreciação da sua competência é exclusiva, impedindo, portanto, os tribunais estaduais de apreciarem a competência daqueles”*¹¹⁶.

Por outras palavras, o que importa neste caso, é saber que o tribunal arbitral têm competência para decidir a sua própria competência. Perante a LAV, no seu artigo 5.º, um tribunal judicial poderá analisar se o tribunal arbitral é competente.

Mas apenas se a questão de incompetência for levantada, seja no tribunal arbitral ou no tribunal judicial, quando for iniciada uma ação e o réu levantar a questão de incompetência por haver uma convenção arbitral. Ou se, em sede arbitral, for invocada a incompetência do tribunal arbitral e após este considerar que é competente, a Parte levar a questão a um tribunal judicial competente, de acordo com o art. 18.º da LAV. Pode ainda a Parte levantar a questão, por força do mesmo artigo, após a decisão ser emitida¹¹⁷.

Em suma, um tribunal judicial poderá analisar a competência de um tribunal arbitral, se a questão for levantada por uma das Partes¹¹⁸. Porém, não pode haver uma ação de simples apreciação de competência que seja levada a um tribunal estadual¹¹⁹.

3.3. ARBITRAGENS PARALELAS

¹¹⁶ *Idem*, p. 184.

¹¹⁷ Na opinião da Professora Mariana França Gouveia, não há qualquer impedimento a que a questão seja levantada depois de o tribunal arbitral se considerar competente, desde que a questão haja sido levantada. Por outras palavras, a Parte interessada pode não impugnar no prazo de 30 dias como disposto no artigo 18.º/9. *In* GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014, p. 186 e 187.

¹¹⁸ *Idem*, p. 188.

¹¹⁹ Art. 5.º/4 da LAV.

Iniciamos agora à análise de processos paralelos a decorrer unicamente em sede arbitral. As Partes optam por não recorrer a um meio já existente de resolver o problema, a apensação.

A questão que se coloca é a de saber qual o possível resultado de prosseguirem as ações e se os poderes do tribunal arbitral de cada uma podem ser condicionados pela existência de múltiplas ações.

Partindo desta questão, cita-se que Manuel Barrocas considera que “*a arbitragem obedece a princípios e meios de actuação diversos dos tribunais judiciais. Constitui, além disso, um meio de resolução de litígios que as Partes, ao celebrarem a convenção de arbitragem, preferiram em relação à jurisdição estadual.*

Não é aceitável, por isso, a coexistência de procedimentos paralelos, quer entre a jurisdição estadual e a jurisdição arbitral, quer dentro da jurisdição arbitral entre dois ou mais tribunais arbitrais.”¹²⁰.

Por outras palavras, entende-se que a arbitragem atua num plano diferente dos tribunais judiciais. Face à lei, um tribunal arbitral detém poderes jurisdicionais equivalentes aos de um tribunal estadual e as suas decisões são igualmente vinculativas. Todavia, o seu procedimento é muito mais flexível e motivado pela vontade das Partes.

Esta característica da arbitragem advém da sua natureza privada, e do facto que um tribunal arbitral é maioritariamente escolhido pelas Partes, assim como as regras que serão seguidas durante o procedimento da ação. Em contrapartida, as Partes não escolhem o juiz do tribunal judicial, nem escolhem as regras aplicadas, ditadas pelo CPC e CC.

Embora continuem a haver limites legais ao funcionamento de um tribunal arbitral, este, para todos os efeitos, é criado através da vontade e do livre exercício dos direitos privados das Partes.

Retomando a interpretação da posição do Autor, compreende-se, assim, que arbitragens paralelas devem ser evitadas e até mesmo impedidas.

Isto, porque, no caso de todas as ações prosseguirem, há um perigo real de resultarem destas decisões contraditórias.

¹²⁰ BARROCAS, Manuel Pereira – **Manual de Arbitragem**. Coimbra, Almedina, 2010, p. 405, para. 406.

Retomando a interpretação da posição do Autor, compreende-se, assim, que arbitragens paralelas devem ser evitadas e até mesmo impedidas.

Considera o Autor que a possibilidade de contradição entre duas ou mais decisões “(...) constitui a própria negação da jurisdicionalidade de ambos, pela confusão e insegurança que cria”¹²¹. Adicionalmente, o Autor afirma que o princípio da litispendência e do caso julgado “(...)têm também plena aplicação como aquisições sólidas e definitivas que são da ordem arbitral transnacional”¹²².

Por outras palavras, não é saudável para o sistema jurídico nem para a esfera jurídica das Partes que situações como estas possam ocorrer em sede arbitral. Por um lado, cria-se um sentimento de insegurança na fiabilidade da arbitragem de providenciar decisões adequadas e finais para um conflito.

Por outro, várias decisões podem criar conflitos na esfera jurídica das Partes que são difíceis de resolver uma vez que não há um método estabilizado para solucionar problemas levantados por processos paralelos.

Para a apresentação de soluções possíveis, iremos separar as duas circunstâncias temporais em que podem ocorrer arbitragens paralelas – ou estão a decorrer em simultâneo ou já foi proferida uma decisão sobre o conflito.

3.3.1. AÇÕES A DECORRER

Quando as ações ainda estão a decorrer, existem algumas formas de resolver o problema. O que analisaremos neste ponto são os critérios que podem ser utilizados para saber qual das ações dever ser abandonada ou suspensa.

Enquanto as decisões ainda estão a decorrer, deve ser suscitado pelas Partes a existência de outra ação paralela, com base nos critérios materiais já explicados. Necessariamente, o levantar desta questão irá ocorrer na segunda ação que seja iniciada pois a outra estava decorrer dentro dos parâmetros normais.

Assim, e à luz do artigo 18.º da LAV, o segundo tribunal deve considerar que não é competente para decidir sobre o litígio. Por outras palavras, ao contrário dos casos em que os processos paralelos decorrem em foros diferentes,

¹²¹ *Idem.*

¹²² *Idem.*

o que está em causa aqui são questões de competência e não questões de jurisdicionalidade.

Enquanto no caso anterior o que estava em causa era a competência jurisdicional de conhecer e decidir sobre a questão, aqui o problema coloca-se no facto de que já há um tribunal arbitral competente a decidir sobre a questão.

Deste modo, na minha opinião, considero que o segundo tribunal está a atuar fora do âmbito da convenção arbitral.

Dito melhor, o segundo tribunal não têm competência para resolver o litígio porque nunca lhe foi atribuída competência para o fazer. Essa competência está atribuída a outro tribunal, que já está a exercer o seu poder. Uma vez que esse poder já está a ser exercido por outro tribunal, esgota-se a possibilidade de dirimir o litígio.

Assim, qualquer outro tribunal que venha depois da instituição do primeiro, é incompetente. Posto isto, de acordo com o artigo 18.º da LAV, é necessário que uma Parte suscite esta questão de modo a que haja uma análise da competência do tribunal arbitral por este mesmo. É possível que este considere que é competente, e que prossiga com a ação. O que pode ser feito nestes casos é analisado *infra*.

Note-se que, pela regra geral, caso a questão de incompetência não seja levantada, não poderá ser utilizada para impugnar a decisão arbitral, com base no artigo 18.º/9 e artigo 46.º/3/i) e iii) da LAV. Contudo, não nos parece que isto seja aplicável neste caso.

Do meu ponto de vista, havendo identidade das ações, o segundo tribunal pura e simplesmente não poderá emitir uma decisão válida pois todo o processo é inválido. Ainda que o tribunal arbitral se considere competente, perante a existência de um primeiro tribunal, a resolver o mesmo conflito, este não têm legitimidade para o fazer.

Isto é, o segundo tribunal não têm quaisquer poderes à luz da lei, porque a sua existência contrária o procedimento adequado do processo arbitral. Embora a ação seja igual, em todos os aspetos, à primeira ação iniciada, não é mais do que uma cópia ineficaz dela.

É inconcebível que um segundo tribunal arbitral seja constituído para uma ação que é, para todos os efeitos, igual a outra que já estava a decorrer. Em

primeiro lugar, contraria o princípio da economia processual, uma vez que está a ser desperdiçado tempo e dinheiro para resolver uma questão que já está a ser discutida.

Se os factos jurídicos principais são os mesmos, haverá uma intersecção de documentos, testemunhas e informação. Esta intersecção pode levar a que as ações sejam exatamente iguais em termos de procedimento, ou que sejam, no mínimo, muito semelhantes.

Adicionalmente, a produção de duas decisões será igualmente um desperdício de recursos financeiros. Além de que a existência de múltiplas decisões com base em ações idênticas será um problema que terá de ser resolvido posteriormente, o que exponencia o tempo que levará as Partes a chegar a uma única solução.

Em segundo lugar, e parafraseando Manuel Barrocas, a existência deste segundo tribunal põem em causa a própria jurisdição arbitral. A atribuição indiscriminada do poder de dirimir um litígio com base numa convenção arbitral a tantos tribunais quanto forem iniciados pelas Partes seria dar aso a uma situação caricata, em que poderia ser iniciada uma nova ação sem qualquer motivação racional ou base jurídica legítima.

O início de uma ação é a procura de fazer ver tutelados os direitos de uma Parte. Não é garantida uma maior ou melhor tutela dos direitos e interesses das Partes se for possível iniciar um número indiscriminado de processos.

Pelo contrário, quantos mais ações estiverem a decorrer, mais provável será que as Partes vejam os seus direitos afetados por uma tutela ineficaz.

Por estes motivos, é necessário que existam mecanismos relativamente estáveis para impedir a ocorrência de decisões contraditórias. Estes mecanismos seria aplicados aos processos paralelos enquanto estes ainda decorrem, no caso de as Partes não invocarem a incompetência do segundo tribunal arbitral.

3.3.3.1. AUDIÊNCIAS CONCORRENTES

Uma solução inspirada na prática arbitral internacional seria a de audiências concorrentes. Estando a decorrer duas ou mais arbitragens paralelas, seria nomeado o mesmo árbitro ou árbitros de Parte.

Durante o processo, os árbitros teriam o poder de decidir se é possível partilhar documentos entre tribunais, e quais seriam utilizados múltiplas vezes.

De igual modo, poderiam ser partilhadas transcrições de depoimentos de testemunhos e relatórios de peritos.

Deste modo, ultrapassava-se, pelo menos, uma das preocupações apresentadas. Através desta partilha de informação, um dos processos poderia não ter de ter uma fase de produção de provas, reduzindo significativamente o tempo processual utilizado.

As próprias Partes podem decidir seguir este método. No caso de ser necessário recorrer a um tribunal judicial para a nomeação de um árbitro ou do tribunal arbitral, pode decidir nomear o mesmo que haja sido nomeado noutra ação paralela. Uma vez constituído o tribunal arbitral, este poderia utilizar este mecanismo.

Para que esta solução funcionasse todas as Partes teriam de estar de acordo – incluindo Partes que sejam, direta ou indiretamente, influenciadas pelas restantes arbitragens, mas que de alguma forma estejam envolvidas na relação contratual (por exemplo, um subempreiteiro que não está relacionado com um conflito entre o contratante e contratado originais, mas que por ser uma Parte envolvida numa situação de contratos múltiplos)¹²³.

Isto porque numa fase inicial essas Partes podem ser chamadas à ação ou não sendo, o efeito da sentença irá ser extensível à sua esfera jurídica.

Fundamentalmente, o que irá acontecer, é que estão a decorrer ações idênticas, seja total ou parcialmente. Deste modo, continua a haver perigo de que as decisões que resultem de cada ação sejam contraditórias, pois continuam a ser discutidos os mesmos factos jurídicos principais.

Todavia, se as Partes optam por não apensar as ações, nem levantam qualquer questão que leve à improcedência da ação, é uma forma de minimizar os dados.

3.3.3.2 APENSAÇÃO FORÇADA

¹²³ BLACKABY, Nigel, PARTASIDES, Constantine, REDFERN, Alan e HUNTER, Martin – **Redfern and Hunter on International Arbitration** – *Student Version*. 5.º ed. Nova Iorque: Oxford University Press, Inc, 2000, para. 2.207 e 2.208.

Outra solução possível é a apresentada por Manuel Barrocas¹²⁴. Se duas ações institucionalizadas forem iniciadas e estas cumprirem os requisitos apresentados para que sejam consideradas paralelas, deve haver uma cláusula no regulamento do centro que obrigue as Partes a apensar os processos.

Note-se que esta solução será possível apenas no caso de serem arbitragens institucionalizadas. Uma vez que na arbitragem *ad hoc* o tribunal arbitral não está condicionado diretamente por um regulamento, não têm qualquer obrigação de seguir esta regra. Mesmo que use um regulamento existente para formular as regras do processo, pode simplesmente ignorar esta disposição.

Esta solução é uma forma simples de evitar decisões conflituosas, e resolve o problema se as ações estiverem a decorrer no mesmo centro. Poderá surgir um problema se uma das ações estiver a ser secretariado por outro centro.

Neste caso, uma forma de contornar o problema seria que o centro onde fosse iniciada a segunda ação, por força do mesmo artigo do seu regulamento, informaria o tribunal arbitral. Tendo o conhecimento da existência da outra ação, considerariam a ação improcedente por falta de competência.

Ainda, é necessário ter em conta que não é certo que seja possível impor esta cláusula no regulamento de um centro de arbitragem institucionalizado.

Adicionalmente, as Partes escolheram recorrer a mais do que um centro, e se fosse obrigatório desistir ou improceder um das ações e recorrer apenas a um dos centros, a vontade inicial das Partes estaria a ser frustrada. Estaríamos a contrariar deste modo o intuito da arbitragem voluntária, por não estar a respeitar o livre exercício da vontade das Partes.

Outro problema coloca-se na eventualidade de uma das ações ser *ad hoc* e não estar a ser secretariada por um centro de arbitragem. A decisão continuará a ser plenamente válida, mas a decorrer fora dos parâmetros do regulamento e fora do alcance do Presidente do centro, ou da entidade responsável por forçar a apensação dos processos.

Em suma, na minha opinião não é possível aplicar esta decisão no nosso sistema judicial.

¹²⁴ BARROCAS, Manuel Pereira – **Manual de Arbitragem**. Coimbra, Almedina, 2010, p. 405, para. 408.

3.3.3.3. *LITISPENDÊNCIA*

Como já referimos *supra*, no caso de ações idênticas a decorrer em sede judicial e arbitral é possível pender as ações. Contudo, não se trata realmente da utilização do instituto da litispendência, como este é entendido pelo direito processual civil português.

Assim, embora no caso referida acima, exista uma espécie de pendência da ação em sede judicial, o mesmo não resulta no contexto de ações a decorrer unicamente em sede arbitral.

Dito melhor, em sede arbitral, não se pode aplicar diretamente a litispendência porque o tribunal arbitral não têm o dever legal de pender a ação no caso de ser invocada a sua incompetência por já existir uma ação idêntica a decorrer.

De acordo com o artigo 18.º da LAV, quando a questão de incompetência do tribunal arbitral é levantada, este têm o poder de tomar uma decisão interlocutória sobre a sua competência¹²⁵. Se todos os tribunais arbitrais decidirem que são competentes, estas decisões só podem ser impugnada uma vez que seja notificada às Partes no prazo de 30 dias¹²⁶.

Uma vez que, por força do princípio da competência da competência, o tribunal arbitral está dentro do âmbito dos seus poderes, é possível que esta situação ocorra.

Só após o momento de notificação das Partes é que estas podem recorrer a um tribunal judicial para que este considere se o tribunal arbitral têm competência para dirimir o litígio. Contudo, como a própria LAV demonstra no seu artigo 18.º/10, o processo pode continuar.

Por outras palavras, mesmo que as Partes levanten a questão perante um tribunal judicial, o processo pode continuar e ser emitida uma decisão sobre a questão. Em simultâneo, outras decisões podem ser emitidas no âmbito de outras ações a decorrer.

Em suma, neste contexto, não existe verdadeiramente um conceito de litispendência na arbitragem, na lei portuguesa. O máximo que pode ocorrer é que o processo arbitral seja suspenso, enquanto o tribunal arbitral pondera a

¹²⁵ Esta questão já foi analisada, quando perante ações a decorrer em ambos os foros jurisdicionais.

¹²⁶ Art. 46.º/3/a/i) e iii) e art. 59.º/1/f) da LAV.

questão da sua competência. Ainda assim, não existe garantia que irá decidir contra a sua competência, mesmo perante o cumprimento dos requisitos dispostos no artigo 581.º do CPC.

Note-se que só porque não existe uma transposição do instituto em questão, não quer dizer que não devia haver. Parece-me legítimo que este passe a abranger a arbitragem.

Isto porque, a exceção de caso julgado aplica-se na arbitragem, uma vez que as decisões arbitrais têm a mesma força vinculativa e executória de uma decisão judicial. Por este motivo, entendo que o instituto da litispendência deveria aplicar-se nos mesmos parâmetros na arbitragem.

Por outras palavras, deveria haver um mecanismo jurídico que realmente suspendesse uma ação arbitral quando outra está a decorrer, seja em sede judicial ou em sede arbitral.

3.3.4. AÇÃO PARALELA A UMA JÁ TERMINADA

Passamos assim a analisar os casos em que uma ação arbitral já transitou em julgado e outra ação foi iniciada, sendo esta segunda idêntica à primeira.

Aqui o problema que se coloca é como resolver a questão, no caso de serem emitidas decisões contraditórias. Isto porque no caso de as decisões serem iguais, não há um conflito entre elas. Note-se que a existência de várias decisões podem levantar problemas, ainda que sejam apenas redundantes.

Posto isto, iremos analisar várias questões – primeiro, se há competência dos tribunais judiciais de analisarem a questão posteriormente ao proferimento da decisão. Em segundo, a diferença, se existir, entre cláusula ou compromisso arbitral.

Por fim, analisaremos possíveis soluções para o problema.

3.3.4.1. CONVENÇÃO ARBITRAL

É relevante analisar se existe alguma diferença quanto ao tipo de convenção arbitral utilizada pelas Partes. Sendo emitidas as decisões, o tipo de convenção arbitral importa para determinar se as Partes estão vinculadas a recorrer à arbitragem para determinar qual a decisão correta.

Isto porque, havendo uma cláusula contratual, as Partes acordaram submeter *qualquer* litígio advindo da sua relação contratual à arbitragem. Por

outras palavras, dependendo da formulação da cláusula, as Partes podem estar vinculadas a recorrer à arbitragem face a qualquer litígio que ocorra.

Ora, se o litígio que foi resolvido se encontrava dentro do âmbito de competência do tribunal arbitral, podemos inferir que qualquer problema que surja por causa da decisão se enquadrará no mesmo âmbito.

Entendemos que isto será assim porque a decisão incide sobre determinados factos jurídicos que levaram a um conflito entre as Partes. Tendo o tribunal arbitral decidido a favor de uma das Partes está a retirar desses factos jurídicos uma conclusão, consoante a lei e a norma invocada na petição inicial ou na resposta.

Logo, a decisão é o exercício máximo do poder jurisdicional do tribunal arbitral. Embora este se esgota com o proferimento e notificação desta, é irrefutável que a decisão é o último elemento do poder jurisdicional a ser criado, dando termo ao exercício deste.

Todavia, não é óbvio se, havendo um conflito de decisões, que as Partes estejam obrigadas a recorrer à arbitragem, ou se sequer o devem fazer, para resolver a questão.

Já na ausência de uma cláusula arbitral, as Partes podem ter entre si um compromisso arbitral. Embora os efeitos práticos sejam os mesmos, como estatuído pelo artigo 1.º/3 da LAV, o compromisso arbitral diz respeito a um litígio que já existe. As Partes acordam resolver aquele litígio e apenas este, através da arbitragem.

Por este motivo, se se considerar que face ao conflito de decisões, as Partes podem recorrer a um meio jurisdicional para resolver a questão, deve ser analisado de forma casuística o que ficou definido em cada convenção arbitral.

Deve haver um particular atenção no caso de haver um compromisso arbitral. Possivelmente este não faz qualquer referência a litígios subsequentes, sejam estes o resultado da relação contratual entre as Partes ou não.

3.3.4.2. COMPETÊNCIA

Tendo em consideração o que foi dito *supra* sobre a convenção arbitral, passamos a analisar se é possível as Partes recorrerem a um meio jurisdicional para resolver a questão.

Posteriormente à assinatura da decisão final, o tribunal arbitral original poderá ter que considerar se, face a uma segunda decisão que seja emitida, a sua decisão é válida. Ou, o segundo tribunal poderá ponderar, após entrar em efeito a segunda decisão, se esta é válida.

Deste modo, devemos analisar a competência dos tribunais, em particular a competência do segundo tribunal de decidir sobre a questão, e a competência do tribunal original de possivelmente rever a sua decisão.

Iniciando a análise pela primeira questão, a competência esgota-se quanto ao litígio original devido à regra de *res judicata*.

No caso de uma parte pretender levar uma ação com base no mesmo conflito a outro tribunal, este é incompetente por força do princípio de *res judicata*.

Embora a definição da ILA que referimos fale de *res judicata* no contexto internacional, facilmente se poderá aplicar de forma analógica ao foro nacional, tanto no caso dos tribunais judiciais como no caso dos tribunais arbitrais.

Em suma, conclui-se que não poderá haver uma revisão da decisão arbitral, seja pelo tribunal arbitral original ou qualquer outro que seja subsequentemente instituído.

Quanto à segunda questão, de saber se o tribunal arbitral poderá rever a sua decisão face ao proferir de uma segunda questão, esse tema será tratado *infra*.

Passamos agora a analisar a situação de as Partes pretenderem recorrer a um tribunal judicial.

Neste caso, primeiro, não é possível recorrer a um tribunal judicial para que este considere a competência ou validade de um tribunal arbitral através de uma simples ação de apreciação. Isto não pode ser feito durante o procedimento da ação arbitral, logo não há nenhum motivo para considerar que pudesse ser feito após a decisão ser emitida.

As decisões arbitrais têm o mesmo carácter obrigatório que as decisões judiciais. Tanto que não pode um tribunal arbitral decidir sobre a validade de uma decisão judicial, o contrário não pode ocorrer.

Qualquer decisão que incidisse sobre a validade ou qualidade da decisão seria uma violação clara do poder jurisdicional da arbitragem. Este é consagrado pela Constituição da República Portuguesa (art.209.º/2).

É assim, necessário que a invocação da exceção de incompetência seja feita no momento correto para que possa ser observada a competência de um tribunal arbitral para decidir sobre um conflito.

Segundo, o que está aqui em questão é saber qual das decisões se irá aplicar. Não faz sentido que uma Parte possa levar ao foro judicial duas ou mais decisões, que são, para todos os efeitos, iguais em termos de força executiva, e peça que o tribunal judicial resolva a questão.

Estamos aqui perante um problema de competência – o tribunal judicial nada teve a ver com as decisões, e não lhe pode ser alocada a competência de decidir qual delas é a mais correta.

Além de que, não é possível fazer um juízo de valor sob as decisões, quer por um tribunal judicial quer por um tribunal arbitral.

Isto porque não se pode fazer um juízo de valor qualitativo da decisão. Ou a decisão é inválida, nos termos do artigo 46.º da LAV, ou é válida perante a lei.

Por força do princípio de *res judicata*, não pode haver uma análise de uma decisão que já foi decidida e em que já se esgotaram as formas de recurso aceitáveis. Esgotada a competência para decidir sob o litígio, não faz sentido que se possa incidir sobre a qualidade da decisão.

Retoma-se o que já foi dito sobre a validade da segunda decisão a ser proferida. A segunda ação, ou qualquer ação que seja iniciada depois de outra, e sendo idêntica à primeira, é inválida. Não deve produzir quaisquer efeitos, e qualquer sentença que produza é inconsequente em termos jurídicos, não produzindo qualquer efeito.

Por este motivo, conclui-se que mesmo que fosse possível recorrer a um meio jurisdicional para resolver a questão, não há um verdadeiro conflito entre as decisões pois qualquer uma que seja emitida depois da primeira é inconsequente pois não produz qualquer efeito jurídico válido.

No máximo, pode uma Parte recorrer sob a segunda decisão, quando esta for emitida por haver incompetência do tribunal judicial de decidir por

invalidade da ação. A ação será inválida por não estar dentro do âmbito dos poderes do tribunal decidir sobre esta, e assim enquadrar-se-ia no artigo 46.º/3/a/i) e iii).

3.3.4.3. CRITÉRIO DE TEMPORALIDADE

Não sendo possível escolher qual das decisões aplicar através do recurso a um meio jurisdicional, considera-se, então, fazer essa escolha com base num princípio de temporalidade.

Esta solução é baseada na sugestão da Professora Mariana França Gouveia quanto à forma de resolver qual das ações deve ser considerada como válida e produtora de uma decisão eficaz.

Aqui, devemos considerar se se aplica um critério de temporalidade baseado no proferir de uma decisão ou no início da ação.

Por um lado, mesmo decorrendo paralelamente, as decisões só por grande acaso serão proferidas ao mesmo tempo. Assim, no caso de haver conflito entre duas ou várias decisões arbitrais, ou entre direitos e deveres constituídos, a decisão deverá considerar-se como válida a decisão proferida em primeiro lugar.

Este é o critério utilizado pelo CPC, como definido no artigo 625.º. Dita o artigo que havendo duas decisões contraditórias sobre a mesma pretensão, cumpre-se a que passou em julgado em primeiro lugar.

Isto porque, e acordo com o artigo 619.º, uma vez transitado em julgado a sentença, a decisão sobre a matéria controvertida adquire força obrigatória.

Quando nos encontramos perante decisões resultantes de processos paralelos, podemos aplicar o instituto de caso julgado seja em que foro for, pelo motivo já explicado neste texto.

Assim, entendemos que poderemos também aplicar no contexto da arbitragem o critério do artigo 625.º a ações que decorreram unicamente no foro arbitral.

Para efeitos de caso julgado devemos ter em consideração a decisão que foi emitida em primeiro lugar. Isto resulta da conjugação do artigo 625.º e do artigo 580.º do CPC.

Contudo, é possível, embora improvável, que as decisões são emitidas no mesmo dia. Ou que a notificação das Partes ocorra no mesmo dia¹²⁷.

Embora a litispendência não seja aplicável à arbitragem, como já exposto, recorremos a este instituto para saber como deve ocorrer a determinação da decisão aplicável.

De acordo com o artigo 582.º, a litispendência deve ser imposta à ação proposta em segundo lugar. Utiliza-se a citação do réu para determinar qual das ações ocorreu em segundo lugar – no caso de a citação ocorrer no mesmo dia, utiliza-se a entrega da petição inicial para determinar qual a ordem das ações.

Embora não seja o mesmo que impedir uma nova ação com base na mesma causa de pedir ou interesses, é fundamentalmente um critério que impede que uma Parte procure através de uma nova ação alterar a consequência jurídica e a força de uma decisão anterior.

O critério utilizado pelo CPC interliga-se com o princípio de *issue estoppel* utilizado pela arbitragem internacional. Este princípio impede uma Parte de contradizer um facto tido como provado ou a consequência de um facto provado que haja sido fruto de uma ação anterior em que já houve decisão, ainda que as causas de pedir das ações não sejam as mesmas.

Ainda que não haja na arbitragem internacional um critério de *stare decisis*, mesmo que as ações estejam relacionadas, através do princípio de *issue estoppel*, qualquer decisão anterior será útil para garantir que não é violado o princípio de segurança jurídica das Partes¹²⁸.

Embora o critério seja claro no caso de serem ações iniciadas em paralelo no âmbito de tribunais judiciais, quando ambas as ações decorrem em tribunais arbitrais a situação não é tão linear.

Uma vez que aceitando como unicamente aplicável a primeira que for proferida, as restantes decisões serão ignoradas.

3.3.4.4. EXCEPÇÃO DE CASO JULGADO

¹²⁷ A notificação das Partes formaliza o fim da ação arbitral, de acordo com o artigo 42.º/6 da LAV.

¹²⁸ BLACKABY, Nigel, PARTASIDES, Constantine, REDFERN, Alan e HUNTER, Martin – **Redfern and Hunter on International Arbitration** – *Student Version*. 5.º ed. Nova Iorque: Oxford University Press, Inc, 2009, para. 9.145, 9.146 e 9.147.

Do mesmo modo que analisamos analogicamente o instituto da litispendência no contexto de processos paralelos a decorrer em sede arbitral, procedemos a uma análise semelhante à exceção de caso julgado.

De acordo com o Direito Processual Civil português quando uma decisão já foi proferida, o artigo 580.º do CPC define que esgotou-se o poder de decidir sobre o conflito.

Este critério é utilizado de modo a garantir segurança para as Partes no contexto judicial, como corolário do princípio geral da segurança jurídica da Constituição da República Portuguesa.

Citando Gomes Canotilho: “*A segurança jurídica no âmbito dos atos jurisdicionais aponta para o caso julgado. O instituto do caso julgado assenta na estabilidade definitiva das decisões judiciais, quer porque está excluída a possibilidade de recurso ou para a reapreciação de questões já decididas e incidentes sobre a relação processual dentro do mesmo processo – caso julgado formal -, quer porque a relação material controvertida («questão de mérito» «questão de fundo») é decidida em termos definitivos e irretratáveis, impondo-se a todos os tribunais e a todas as autoridades – caso julgado material»*”¹²⁹.

Deste modo, uma vez que haja sido proferida a decisão, esgota-se o poder de decidir sobre a mesma questão, seja o mesmo tribunal ou outro. Uma vez que haja terminado o processo e que já não exista formas de recurso ordinário, o poder jurisdicional sobre o litígio esgotou-se.

Perante o princípio de *res judicata*, não será possível ao tribunal original rever a sua decisão. No ordenamento jurídico português, uma vez que termina a ação e qualquer recurso ordinário a esta, o tribunal encontra-se barrado de rever a decisão.

Uma vez que as decisões arbitrais têm a mesma força vinculativa atribuída as decisões judiciais, entende-se que este instituto se aplica às decisões arbitrais. Deste modo, não será possível a um tribunal, judicial ou arbitral, rever uma decisão arbitral por motivo de haver uma decisão conflituosa.

¹²⁹ CANOTILHO, J. J. Gomes – **Direito Constitucional e Teoria da Constituição** – 7.º ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 264-265.

Nestes casos, aplica-se o artigo 625.º do CPC, quer no contexto judicial quer no contexto arbitral, que dita que será dada primazia à primeira decisão a ser proferida.

4. CONCLUSÕES

Num todo, considero que o tema é muitíssimo interessante. O seu grau de complexidade é considerável uma vez que nos encontramos perante uma intersecção entre a arbitragem e institutos de Direito Processual Civil que nem sempre são aplicáveis à lei arbitral.

Mesmo através da analogia, por vezes é complicado criar uma ponte entre os dois meios jurisdicionais, como é no caso da litispendência. Todavia, creio que foi uma análise enriquecedora, que levou a que, no fim, tivesse uma perceção mais completa sobre a relação entre a arbitragem e o Direito Processual Civil.

Como referi na introdução, não procurei providenciar soluções absolutas para o problema. No entanto, considero que foram analisadas as soluções mais apropriadas para o nosso sistema jurídico.

Em suma, a melhor forma de resolver esta questão será a de haver mecanismos impeçam o procedimento destes processos. Isto porque é consideravelmente mais simples *impedir* a criação de efeitos negativos do que corrigi-los quando já estão em efeito.

No caso das arbitragens paralelas, as opções que me parecem ser as mais indicadas, no caso de os processos estarem já a decorrer, é a das audiências concorrentes. Uma vez que sejam proferidas múltiplas decisões, opta-se por aplicar o artigo 625.º do CPC, sendo aplicava unicamente a primeira decisão a ser proferida.

Já sobre os processos paralelos a decorrer em sede arbitral e em sede judicial, parece-me que a melhor forma de impedir que ocorram conflitos por causa de decisões diferentes, seria de alterar a atual formulação da lei e de tornar o conhecimento da exceção de incompetência por preterição da convenção arbitral uma questão de conhecimento oficioso.

Como referido, na eventualidade de serem proferidas múltiplas decisões, devemos então utilizar novamente o artigo 625.º.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE DECISÕES DO CAC

1. ENQUADRAMENTO

Um dos objetivos do estágio no CAC foi a recolha de informação sobre processos já finalizados, através da análise da decisão final do tribunal arbitral. Esta pesquisa foi iniciada pelo Mestre Rodrigo Caldeira, que efetuou um estágio sob as mesmas condições no CAC, no primeiro semestre letivo de 2013/2014. O seguinte capítulo divide-se em duas Partes – primeiro, será atualizada a informação recolhida pelo Mestre Rodrigo Caldeira, com a informação de processos que entretanto terminaram.

Para efeitos desta atualização, em primeiro lugar foram analisadas mais 23 decisões finais de arbitragens que decorreram no CAC, com o objetivo de analisar a percentagem de condenação de pedidos; a percentagem de condenação de pedidos reconventionais; a duração dos processos em dias; o género e profissão dos árbitros e o número de nomeações. Foi também incluído na pesquisa o número de pessoas estrangeiras envolvidas nos processos; a pluralidade de Partes; o tipo de decisão; o tipo de convenção arbitral; a forma de julgar; e volume das decisões arbitrais.

Em segundo lugar, serão apresentados os resultados da pesquisa adicional que foi feita, sobre a incidência de processos em que uma Parte é uma entidade pública ou uma entidade privada. Este segundo grupo dividiu-se em pessoas coletivas e singulares. Para este efeito, foram analisados 207 casos, os 184 processos originais e 23 processos adicionais.

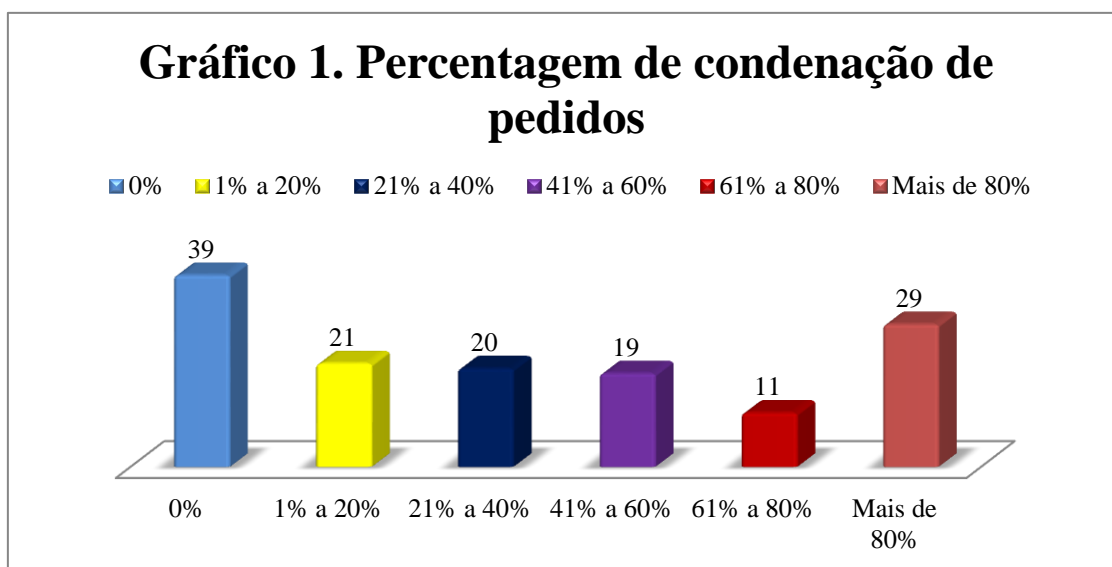
Adicionalmente à pesquisa referida, serão também apresentados os resultados sobre o número de entidades públicas, de entidades privadas que iniciaram processos arbitrais; de demandados em processos arbitrais que sejam entidades públicas ou privadas.

Para efeitos desta pesquisa, foram analisados 413 entidades. Em apenas um dos casos não foi possível fazer a identificação. Dos 207 processos, apenas 205 continham a informação sobre os demandantes do processo, e 204 a informação sobre os demandados. Consequentemente, apenas serão analisados 204 processos para referir os casos em que os processos foram iniciados por Partes que tem o mesmo estatuto como pessoa jurídica que os demandados; e os processos em que a o estatuto jurídico do demandado difere.

Em relação aos dados recolhidos sobre árbitros, os dados fornecidos são compostos pela lista de árbitros do CAC e a lista de árbitros da Associação Portuguesa de Arbitragem (APA), cuja informação foi fornecida pelo Mestre Rodrigo Caldeira, já incluídos nos dados anteriores numa lista única.

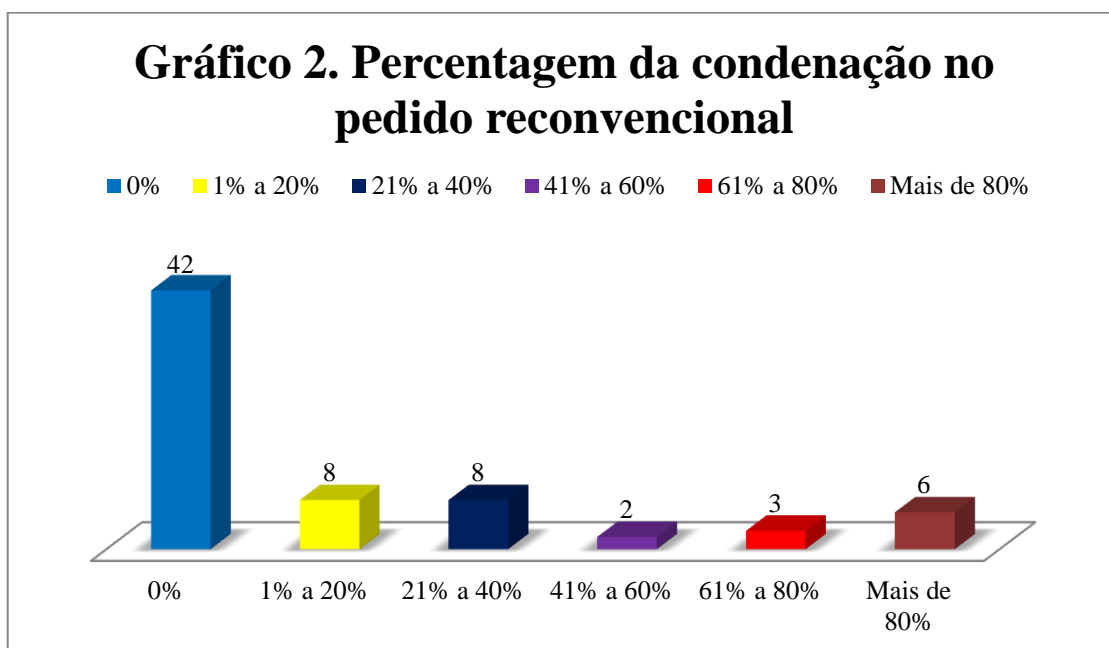
Os dados recolhidos serão demonstrados por gráficos, com notas informativas quando estas se mostrem necessárias.

2. ATUALIZAÇÃO DOS DADOS

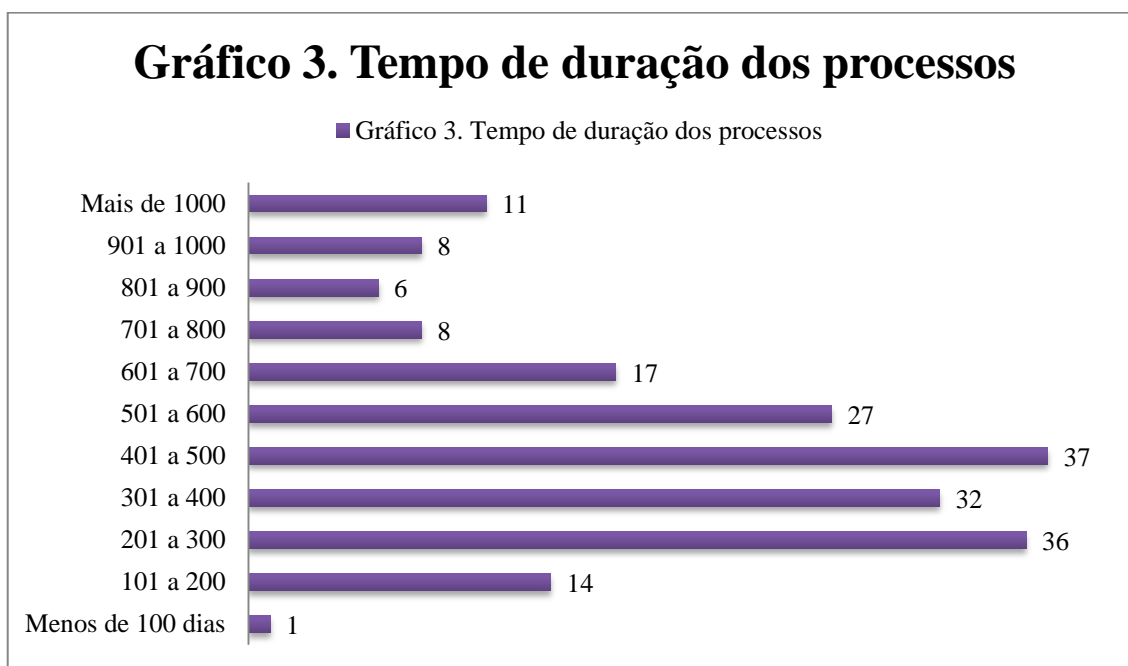


Observações: Foram analisados 139 processos, tendo sido excluídos processos que hajam terminado em transação/acordo, uma vez que não houve qualquer

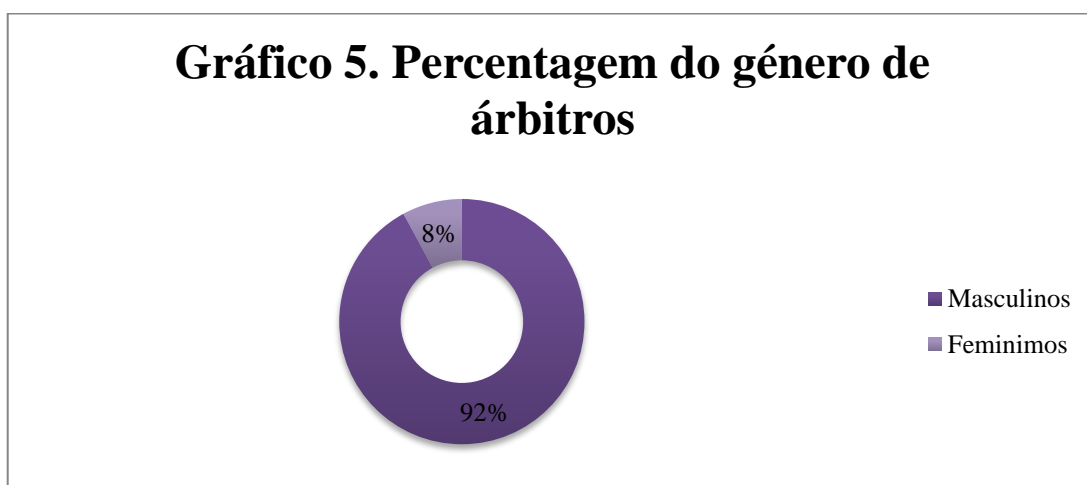
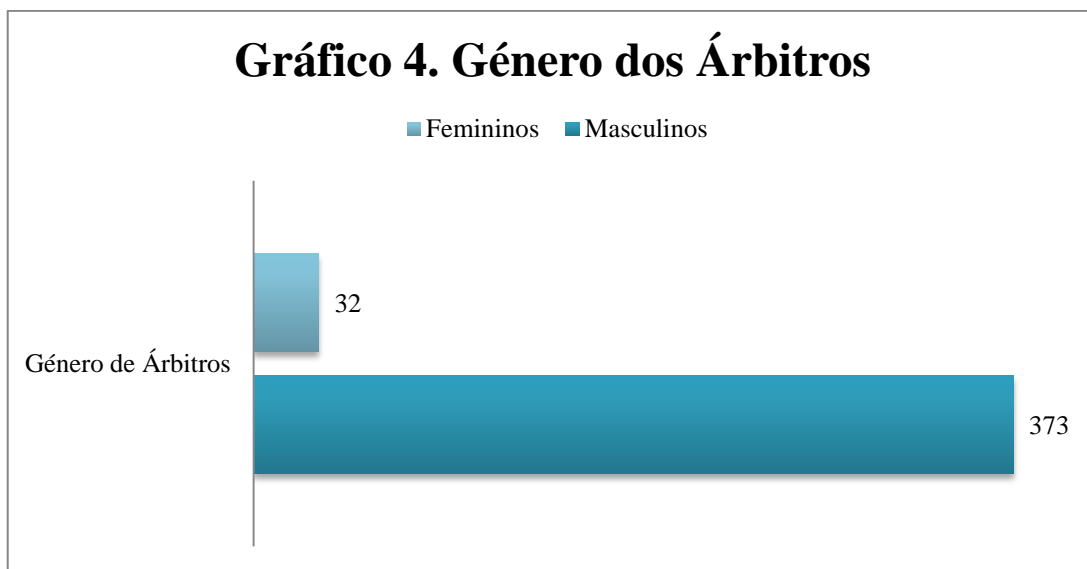
condenação. Não foram considerados processos em que o pedido ou a condenação eram ilíquidos.



Observações: Foram analisados 69 pedidos, tendo sido excluídos processos em que o pedido reconvençional não era líquido, e processos em que não houve condenação, por as Partes terem chegado a transação/acordo. Na primeira coluna do gráfico 2 incluem-se pedidos reconvençionais negados e condenações que não chegaram a 1%.



Observações: Foram contabilizados 197 processos, quase o número total de processos do CAC disponíveis.



Observações: No final da contagem, a lista de árbitros contém 405 árbitros. Destes, 373 são do sexo masculino e 32 do sexo feminino. Foram analisadas 197 processos, tendo sido excluídos os casos em que não foi possível encontrar o nome dos árbitros.

Gráfico 6. Profissão dos árbitros

■ Gráfico 6. Profissão dos árbitros

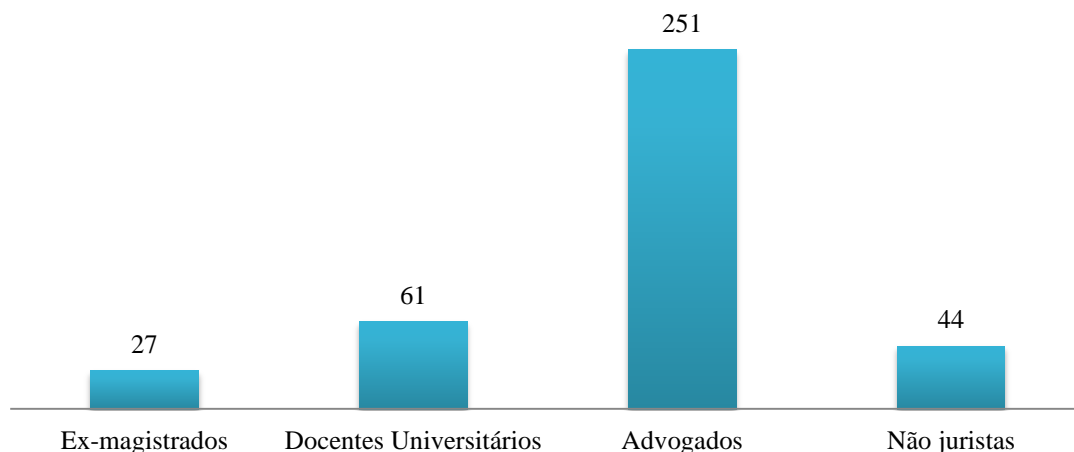
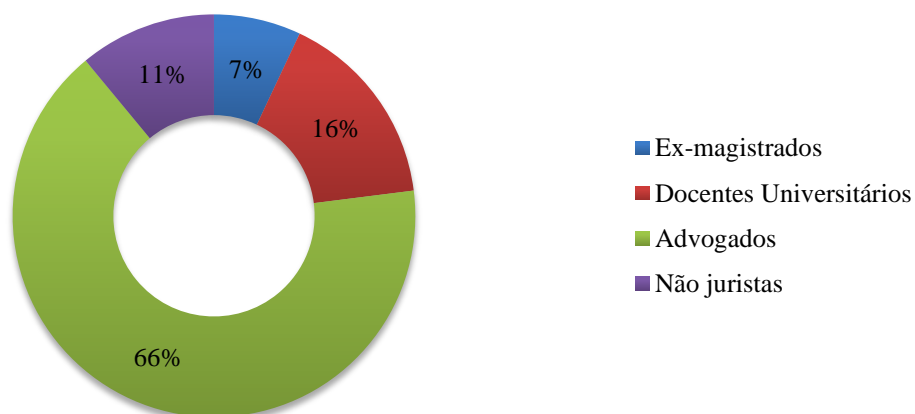


Gráfico 7. Percentagem da profissão dos árbitros



Observações: Foram analisados 383 de 405 árbitros como, uma vez que não foi possível identificar a profissão de 22 dos árbitros.

Gráfico 8. Nomeação de árbitros

■ Gráfico 8. Nomeação de árbitros

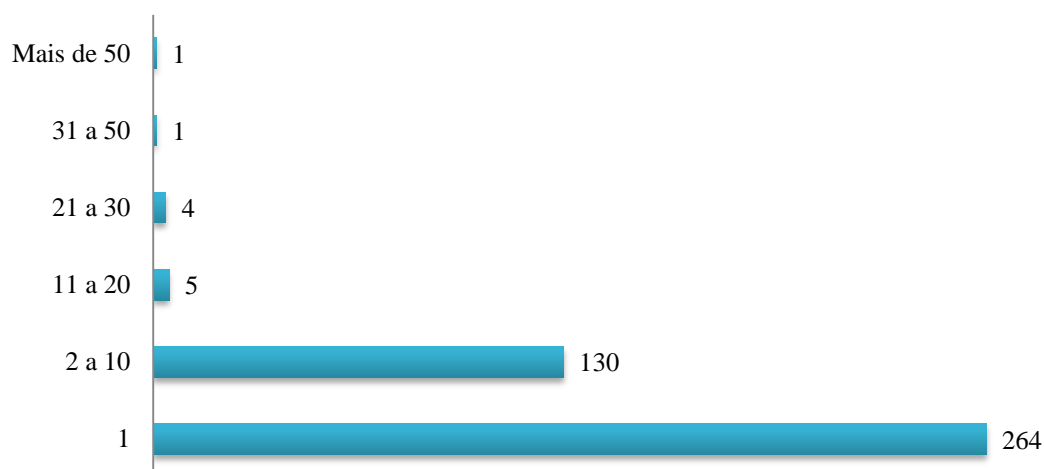
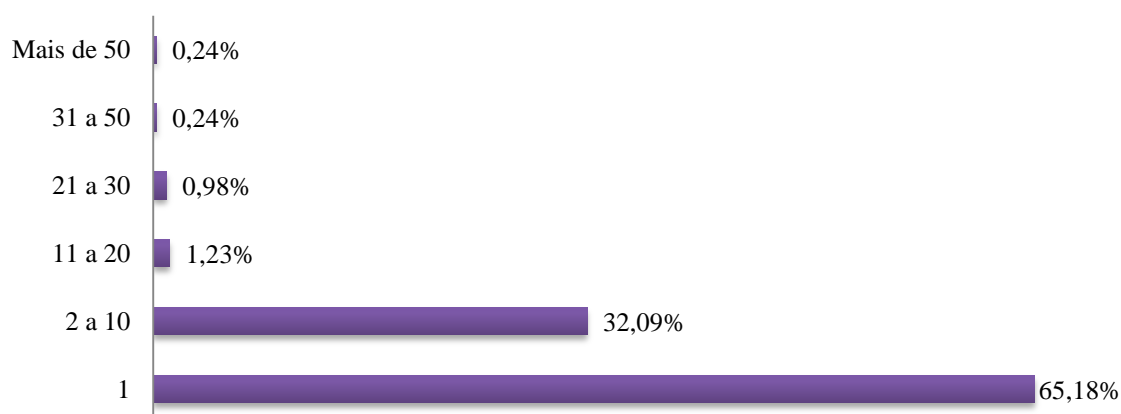


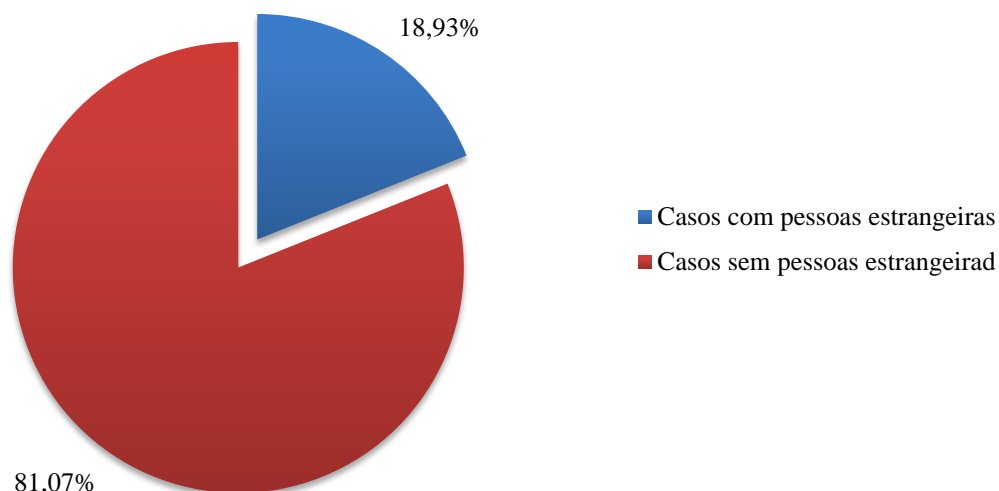
Gráfico 9. Percentagem de nomeação de árbitros

■ Gráfico 9. Percentagem de nomeação de árbitros



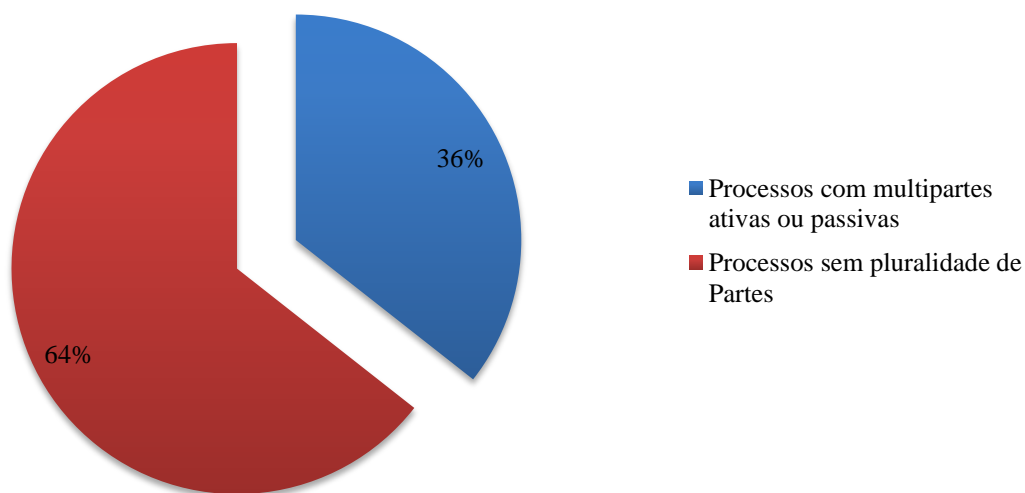
Observações: Foram contabilizados 405 árbitros como amostra. Novamente, como referido na observação do gráfico 7, foram incluídos todos os árbitros contabilizados na pesquisa anterior, que incluí os árbitros nomeados em sentenças finais da APA.

Gráfico 10. Pessoas estrangeiras



Observações: Dos 207 casos, foram utilizados 206, sendo adicionado aos originais 184 casos os 22 de 23 processos adicionados, em que um não foi possível verificar se havia alguma pessoa estrangeira envolvida.

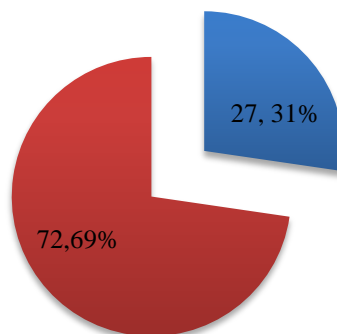
Gráfico 11. Pluralidade de Partes



Observações: Foram contabilizados 205 casos, uma vez que em dois dos novos processos não foi possível identificar se havia pluralidade de Partes no ativo ou no passivo. Nestes 205 processos, em 73 houve pluralidade de Partes no ativo ou no passivo e em 132 havia apenas uma Parte de cada lado.

Gráfico 12. Percentagem de tipo de decisão

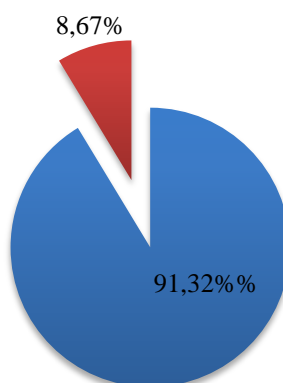
■ Processos com voto vencido ■ Processos com unanimidade na decisão



Observações: Foram analisadas 205 processos, uma vez que em dois dos novos casos não foi possível determinar o tipo de decisão. Foram incluídos os casos em que houve unanimidade de decisão de homologação de transação de processos na contagem. No total, em 149 dos processos houve unanimidade e em 56 houve voto vencido.

Gráfico 13. Percentagem do tipo de convenção arbitral

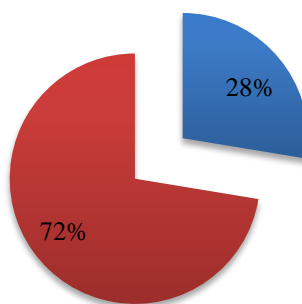
■ Processos com cláusula compromissória ■ Processos com compromisso arbitral



Observações: Foram utilizados 173 processos, pois dos 207 apenas nestes foi possível identificar o tipo de convenção arbitral. Em 158 processos havia cláusula compromissória e em 15 ocorreu um compromisso arbitral.

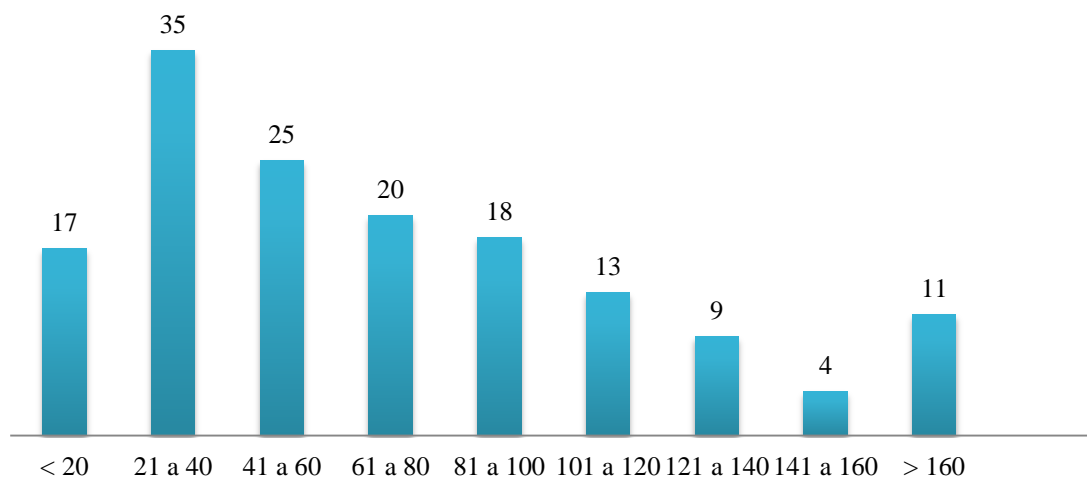
Gráfico 14. Percentagem da forma de julgar

- Processos com julgamento *ex aequo et bono*
- Processos com julgamento segundo o direito constituído



Observações: Foram analisados 163 processos para este gráfico, pois só nestes é que foi possível verificar se as Partes haviam atribuído aos árbitros o poder de decidir de acordo com *ex aequo et bono* ou segundo o direito constituído. Os 28% correspondem a 30 processos decididos através de *ex aequo et bono* e os 72% correspondem a 132 casos decididos de acordo com o direito constituído.

Gráfico 15. Volume das decisões arbitrais



Observações: Estes dados foram recolhidos de 152 processos, sendo retirados da contagem os casos de processos em que não constava uma cópia de decisão. Foram contabilizados os casos em que houve voto vencido com declaração para a contagem do total de páginas.

3. NOVOS DADOS

Gráfico 16. Incidência de entidades como Demandantes e Demandados

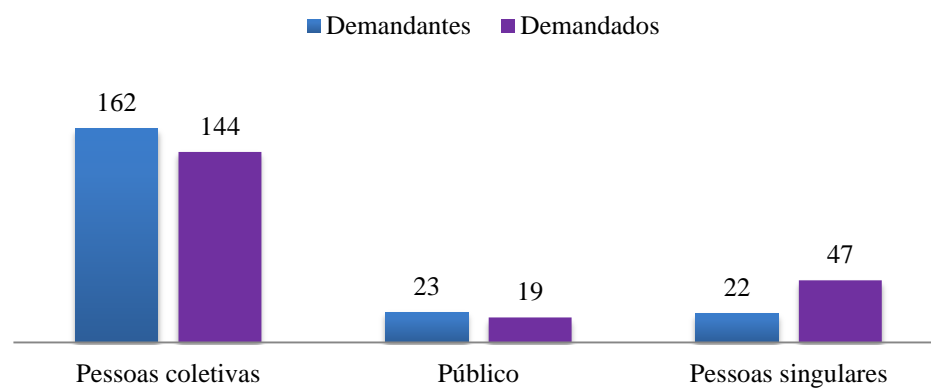
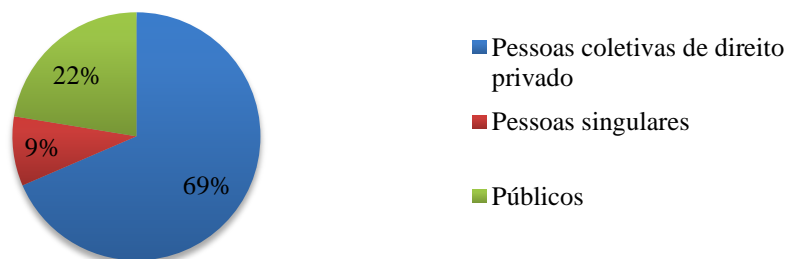


Gráfico 17. Percentagem de entidades como Demandantes

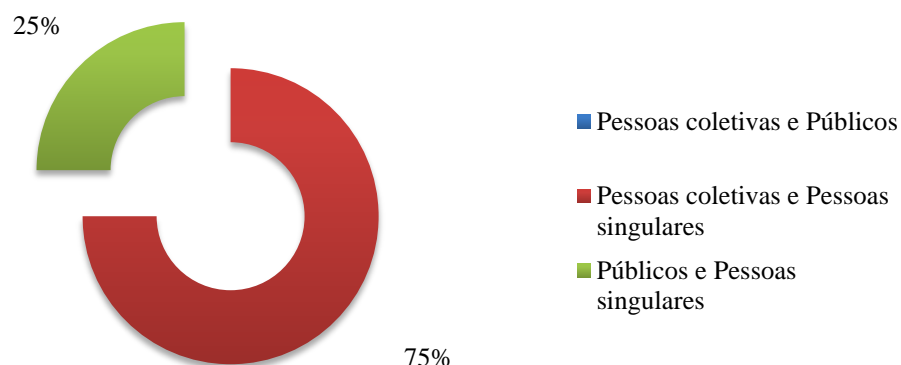


Gráfico 18. Percentagem de entidades como Demandados



Observações: Nos 204 processos analisados, foi possível identificar 162 pessoas coletivas de direito privado na posição de demandante e 144 na posição de demandado. 22 pessoas singulares de direito privado foram demandantes e 47 demandados num processo. Por fim, 23 entidades públicas demandaram processos e 19 foram demandadas. Incluí-se nestes números os processos em que houve pluralidade ativa e passiva, na contagem de incidência de entidades como demandantes e demandados.

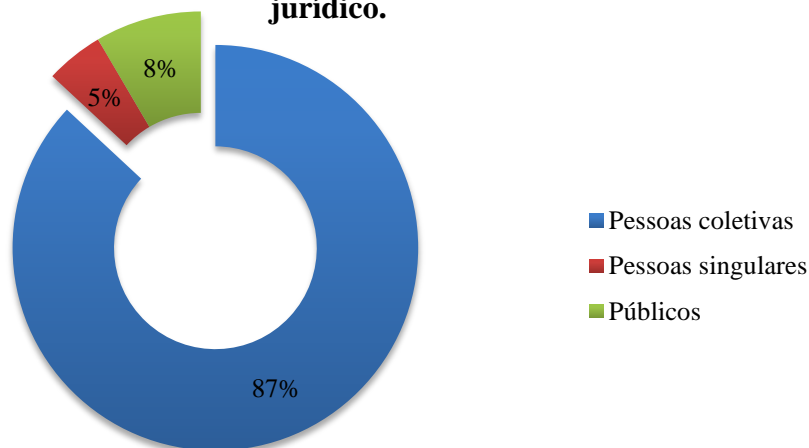
Gráfico 19. Pluralidade de Partes ativa



Observações: Usam-se os 204 processos em que foi possível identificar ambas as Partes para efetuar os seguintes cálculos. Registrou-se que em 9 dos processos havia uma pluralidade de Partes ativa ou passiva. Destes 9 processos, em 4 houve pluralidade ativa, que se demonstra no gráfico 18. Destes 4, em 3 houve pluralidade de demandantes de pessoa singular e coletiva e numa pluralidade de demandantes públicos e pessoas singulares de direito privado.

Analisando a pluralidade dos Demandados, registaram-se 5 processos em que houve pluralidade de Partes demandadas, e em todos estes processos esta pluralidade de Demandados registaram uma relação entre entidades de direito privado coletivo e singular.

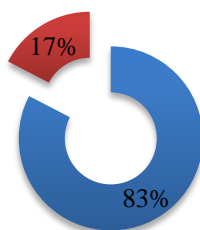
Gráfico 20. Casos com Partes com o mesmo estatuto jurídico.



Observações: Dos 204 processos analisados, em 130 processos registou-se que as Partes tinham o mesmo estatuto jurídico. De 130 processos, 113 processos arbitrais foram iniciados por entidades privadas contra entidades privadas, 6 foram iniciados por particulares contra particulares e 11 foram iniciados por entidades públicas ou assim consideradas contra entidades iguais.

Gráfico 21. Processos iniciados contra Demandados de diferente estatuto jurídico

■ Entidades de direito privado ■ Entidades de direito público



Observações: Dentro dos 204 processos analisados em 69 processos o Demandante iniciou um processo contra uma entidade de estatuto jurídico diferente da sua. Regista-se que em 31 casos uma pessoa coletiva de direito privado demandou um processo contra uma entidade pública e em 6 processos contra uma pessoa singular de direito privado, compondo um total de 37 casos.

Em 3 casos um ou vários particulares demandaram um caso contra uma entidade pública e em 17 contra uma pessoa coletiva de direito privado.

Soma-se assim 57 processos iniciados por entidades de direito privado contra entidades com estatuto jurídico diferente do seu.

Por fim, em 10 casos, uma entidade pública demandou uma pessoa coletiva de direito privado e em 2 casos uma pessoa singular de direito privado. Soma-se assim um total de 12 processos iniciados por uma entidade de direito público contra uma entidade com personalidade jurídica diferente da sua.

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração os dados fornecidos *supra*, releva fazer uma análise global.

Comparando os novos dados com os que o Mestre Rodrigo Caldeira havia recolhido na sua pesquisa, é possível chegar às seguintes conclusões. Primeiramente, houve um aumento de 11,1% no número de processos terminados no CAC de que resultou uma decisão final.

No que toca à condenação de pedidos não ocorreu um aumento dramático no número de pedidos em que o tribunal arbitral condenou o demandado de acordo com o pedido pelo demandante, sendo que o número que sofreu um aumento mais significativo foi o número de pedidos em que a condenação não chegou aos 1% do valor pedido pelo demandante. O mesmo pode ser dito sobre o número de condenações de pedidos reconventionais, em que novamente o único aumento significativo foi o número de pedidos reconventionais em que a condenação não chegou a 1% do pedido pelo demandado.

Nota-se que em poucos casos há um pedido reconvenicional, sendo que dos 139 que são usados como amostra, apenas em 69 processos houve um pedido reconvenicional. Por outras palavras, estatisticamente, apenas em 49, 6% dos processos no CAC é que houve um pedido reconvenicional.

Sobre a duração dos processos arbitrais do CAC, pode dizer-se que na em média os processos têm o seu término entre 401 a 500 dias após o seu início.

Em relação aos árbitros, houve um aumento 4,6% da lista de árbitros nomeados em relação aos dados levantados anteriormente. Denota-se uma clara tendência na nomeação de árbitros em termos de género, com 92% do sexo masculino e 8% do sexo feminino. A nível da sua profissão, continua a ser demarcado o recurso a advogados no momento da escolha de um árbitro.

Estatisticamente, a incidência de nomeação de árbitros uma vez apenas a ocorrer em 65, 18% dos casos.

Pode ainda retirar-se dos dados expostos que na grande maioria dos processos não intervêm nenhuma Parte estrangeira e que não ocorre pluralidade, ativa ou passiva, de Partes.

Observa-se que o volume dos processos tende a ter entre 21 a 35 páginas, mas que se o número de páginas ultrapassar as 120, é mais comum terem um volume superior a 160 páginas do que entre 120 e 160.

Por fim, em relação aos dados adicionados à pesquisa, denota-se que é mais comum uma pessoa coletiva de direito privado iniciar um processo arbitral contra uma entidade pública, com 37 processos em comparação com 20 iniciados por pessoas singulares de direito privado e 12 iniciados por entidades públicas.

Em percentagem, dos processos analisados, 54% foram iniciados por uma pessoa coletiva contra uma entidade com outro estatuto jurídico, 29% foram iniciados por pessoas singulares e 17% por uma entidade pública.

Adicionalmente, a grande maioria das entidades que participaram em processos no CAC, tanto como demandantes como demandados, foram pessoas coletivas privadas, atingindo os 77% do total de entidades.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

A realização deste estágio foi, sem dúvida, benéfico para a minha formação. Ao integrar-me na equipa, pude ter uma melhor compreensão das funções de um centro de arbitragem, bem como entender as diversas dinâmicas que ocorrem num processo arbitral.

Ter a percepção de como se interliga o tribunal arbitral, entre si e com as Partes, mas também com os Secretários do CAC permitiu-me ter uma melhor compreensão de como se processa a arbitragem, num contexto prático.

Considero que a melhor forma de compreender efetivamente uma área de Direito é estar inserido nela profissionalmente, observando como este se processa na prática. Estagiar num centro, num contexto que me era pouco familiar, foi extremamente gratificante e reconheço que as expectativas iniciais foram largamente superadas no que concerne à aquisição de conhecimentos e experiências no domínio da arbitragem.

O primeiro objetivo foi atingido através da participação em diversas atividades no CAC e do trabalho elaborado durante o período de estágio. Estar presente em sessões arbitrais e fazer trabalho administrativo foi instrutivo, visto que me ajudou a entender o processo arbitral, bem como todas as fases e pessoas envolvidas.

Como membro do CAC, tive acesso a diversos processos e documentos, que me auxiliaram a compreender a prática arbitral nacional. Foi-me providenciada a possibilidade de adquirir conhecimento e prática de como elaborar documentos, requerimentos, notificações e atas, de modo profissional. Este conhecimento prático, incomum num contexto académico, é importante na formação de qualquer jurista ou mesmo de qualquer profissional.

O trabalho dos Secretários do CAC e de toda a equipa é exemplar. São extremamente dedicados a auxiliar os tribunais arbitrais e as Partes envolvidas, assim como a garantir que todos os processos que passam pelo CAC têm um processo arbitral célere e eficaz.

Num todo, foi uma oportunidade benéfica. Pude desenvolver as minhas capacidades administrativas e *soft skills* que são importantes a nível profissional.

A intenção de crescer a nível profissional foi uma grande influência na minha decisão de estagiar no CAC e, em retrospectiva, considero que foi um dos maiores benefícios de o ter feito.

Em segundo lugar, procurei encontrar um tema inserido no contexto da arbitragem que me fosse desconhecido e que pudesse explorar. Para este efeito, escolhi a ocorrência de processos paralelos em sede arbitral e no foro judicial e no foro arbitral. Embora não tenha analisado de forma exaustiva, considero que o tema foi problematizado de forma a demonstrar a sua relevância. As soluções expostas, são uma mera representação das respostas apresentadas pela prática arbitral nacional e internacional.

Todavia, continua a ser um tema que ainda não é muito explorado a nível académico, embora na prática seja solucionado de forma casuística de acordo com o contexto em que se insere.

Por fim, através da análise das sentenças arbitrais do CAC, pude observar o crescimento exponencial que se deu na arbitragem doméstica, entre 1990 e 2015. O número de pessoas, públicas e privadas, que recorreram aos serviços do CAC, tanto para arbitragens institucionais como *ad hoc* aumentou de uma forma impressionante, como pode ser observado pelo número de sentenças já existentes no CAC.

O estudo dos resultados que originaram da análise dos dados recolhidos foi interessante. Pude constatar que a arbitragem é cada vez mais comum na vida dos cidadãos portugueses e das empresas portuguesas e sediadas em Portugal. O aumento da procura da arbitragem em território nacional é um sinal de que esta é cada vez mais encarada como uma alternativa competente ao foro judicial.

A arbitragem é um meio de resolução alternativa de litígios que ainda se encontra em crescimento mas que já desenvolveu peculiaridades interessantes e dignas de serem estudadas a fundo. O seu estudo teórico recompensa quem a este se dedica pois providencia a possibilidade de o estudante observar a evolução constante e única da arbitragem doméstica e internacional.

Em suma, considero que se não tivesse estagiado no CAC teria perdido uma oportunidade ótima de aprender e de explorar uma área que é do meu interesse. Globalmente, foi uma experiência muito positiva em que pude aprender e crescer a nível academicamente, profissionalmente e pessoalmente.

Por estes motivos, penso que no momento em que terminei o estágio, me havia tornado numa melhor profissional.

O estágio profissional e a elaboração deste relatório em particular, ajudou-me a desenvolver competências reflexivas. É certo que nem sempre de uma maneira fácil e imediata, mas com acompanhamento e apoio dos professores cooperantes foi possível refletir sobre o meu desempenho e trabalho de uma forma mais crítica, tornando-me mais capaz de analisar as minhas escolhas, decisões, sucessos e insucessos.

Para terminar, o estágio profissional e a elaboração deste relatório tornou-me mais responsável e fez-me refletir de um modo mais crítico. Por outras palavras, com que crescesse como pessoa e, mas especialmente, como futura profissional.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- ALMEIDA, Carlos Ferreira – **Contratos I**. 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2013.
- BARROCAS, Manuel Pereira – **Manual de Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 2010.
- BLACKABY, Nigel, PARTASIDES, Constantine, REDFERN, Alan e HUNTER, Martin – **Redfern and Hunter on International Arbitration – Student Version**. 5.º ed. Nova Iorque: Oxford University Press, Inc, 2000.
- BORN, Gary – **International Commercial Arbitration**. 2.º ed. Países Baixos: Kluwer Law International, 2014.
- CANOTILHO, J. J. Gomes – **Direito Constitucional e Teoria da Constituição** – 7.º ed. Coimbra: Almedina, 2000
- ERK, Nadja – **Parallel Proceedings in International Arbitration – A Comparative Perspective**. Países Baixos: Kluwer Law International, 2014.
- FREITAS, José Lebre de – **Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil** – Vol. I, 2.º ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- FREITAS, José Lebre de – **Introdução ao Processo Civil – Conceito e princípios gerais à luz do novo código**. 3.º ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
- GOUVEIA, Mariana França – **A Causa de Pedir na Acção Declarativa**. Coimbra: Almedina, 2004.
- GOUVEIA, Mariana França – **Curso de Resolução Alternativa de Litígios** - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 2014.
- HANOTIAU, Bernard – **Complex Arbitrations** – Multiparty, Multicontract, Multi-issue and Class Actions. Países Baixos: Kluwer Law International, 2006.
- MACHADO, Antonio Montalvão e PIMENTA, Paulo – **O Novo Processo Civil**. 12.º ed. Coimbra: Almedina, 2010.
- MACHETE, Rui Chancerelle de - *Desenvolvimentos recentes da arbitragem em Portugal e actividades do centro de arbitragem comercial*. In **III Congresso do**

- Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções.** Coimbra: Almedina, 2010.
- MENDES, João de Castro – **Direito Processual Civil** – Vol. II. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2012.
 - NETO, Abílio – **Novo Código de Processo Civil** – *Anotado*. 2.º ed. revista e ampliada. Lisboa: Ediforum, 2014.
 - NOGUEIRA, José Duarte - **A Arbitragem na História do Direito Português. Revista Jurídica** - *Nova série da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*. N.º20, Novembro 1996.
 - PIMENTA, Paulo – **Processo Civil Declarativo**. Coimbra: Almedina, 2014.
 - REIS, José Alberto dos – **Código de Processo Civil** - *Anotado* – Vol. I - 3.º ed. Coimbra: Almedina, 1982.
 - REIS, José Aberto dos – **Código de Processo Civil Anotado** – Vol. III. Coimbra: Almedina, 1985
 - SOUSA, Miguel Teixeira de – **Estudos sobre o Novo Processo Civil**. Lisboa: Lex, 1997.
 - SOUSA, Miguel Teixeira de – **O Interesse Processual na Acção Declarativa**. Lisboa: Associação Académica de Direito, 1989.
 - OLIVEIRA, Mário Esteves de (coord.) - **Lei da Arbitragem Voluntária – Comentada**. Coimbra: Almedina, 2014.

ARTIGO DE REVISTA EM SÉRIE

- FREITAS, José Lebre de – **Sobre o novo Código de Processo Civil (Uma visão de fora)**. Lisboa: Revista da Ordem dos Advogados, Ano 73, I, 2013.
- SOUSA, Miguel Teixeira de – **O Objecto da Sentença e o Caso Julgado Material** – *O Estudo sobre a Funcionalidade Processual*. Lisboa: Boletim do Ministério de Justiça, 325, 1983.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

- CAMELO, António Sampaio – **Da Condução do processo arbitral** – *Comentário aos artigos 30.º a 38.º da Lei da Arbitragem Voluntária I*. [Em linha]. Lisboa: Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados – Sociedade de Advogados, 2014. [Consulta a 28 de Novembro]. Disponível em WWW:
<[http://www.mlgs.pt/xms/files/Publicacoes/Artigos/2014/Da_conducao__do_processo_arbitral_-
_Comentarios_aos_arts._30_a_38_da_Lei_da_Arbitragem_Voluntaria.PDF](http://www.mlgs.pt/xms/files/Publicacoes/Artigos/2014/Da_conducao__do_processo_arbitral_-_Comentarios_aos_arts._30_a_38_da_Lei_da_Arbitragem_Voluntaria.PDF)>.
- JÚDICE, José Miguel – **Produção de Prova**. [Em linha]. Lisboa: José Miguel Júdice, 2008. [Consulta a 29 de Novembro]. Disponível em WWW:
<http://www.josemigueljudice-arbitration.com/xms/files/02_TEXTOS_ARBITRAGEM/01_Doutrina_ScolarsTexts/evidence/producao_de_prova__s_larisma__set_08.pdf,
<http://www.josemigueljudice-arbitration.com/pt/>>.
- MENDES, Armindo Ribeiro – **Introdução às Práticas Arbitrais**. [Em linha]. Lisboa: Associação Portuguesa de Arbitragem. [Consulta a 29 de Novembro]. Disponível em WWW: <<http://arbitragem.pt/estudos/>>.
- SPOORENBERG, Frank e VIÑUALES, Jorge – **Conflicting Decisions in International Arbitration**. In *The Law and Practice of International Courts and Tribunals* 8 (2009) 91-113. [Em linha]. Leida: Koninklijke, 2009. Disponível em: WWW:<<https://www.international-arbitration-attorney.com/wp-content/uploads/arbitrationarbitrationlawconflicting-decisions-international-arbitration.pdf>>.
- ILA - **Report on Lis Pendens and Res Judicata and Arbitration**. [Em linha]. 2006. Disponível em: WWW:<www.ila-hq.org/download.cfm/docid/C5443B2B-406F-4A42-9BE49EE93FB92A4C+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk>.

LEGISLAÇÃO

- Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro da Assembleia da República. [Em linha]. Diário da República: I série, N.º 238 [Consulta a 20 de Dezembro]. Disponível em WWW: <<https://dre.pt/application/file/145443>>.

REGULAMENTOS

- Estatutos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. [Em linha]. Centro de Arbitragem do Centro de Comércio e Indústria Portuguesa. Disponível em: <http://www.centrodearbitragem.pt/images/pdfs/Legislacao_e_Regulamentos/Estatutos_do_Centro/3.Estatutos_Centro_de_Arbitragem_Comercial.pdf>.
- *ICC Rules of Arbitration*. [Em linha]. International Chamber of Commerce. Disponível em: <http://www.iccwbo.org/products-and-services/arbitration-and-adr/arbitration/icc-rules-of-arbitration/#article_23>.
- Regulamento de Bruxelas, versão original. [Em linha]. EU Law and publications – Euro-lex: Euro-Lex: 32001 R0044. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32001R0044>>.

ÍNDICE

Capítulo I - Introdução	8
1. Estrutura do relatório.....	10
Capítulo II – Enquadramento teórico e atividades desenvolvidas	11
1. Definição de arbitragem	11
2. Centro de Arbitragem Comercial	14
3. Processo arbitral	18
3.1. Arbitragem institucional	18
3.1.1. <i>Requerimento de Arbitragem</i>	18
3.1.2. <i>Resposta</i>	19
3.1.3. <i>Audiência preliminar</i>	20
3.2. Arbitragem <i>Ad Hoc</i>	21
4. Funções do Secretariado.....	23
5. Atividades desenvolvidas no estágio.....	24
Capítulo III – Processos paralelos	27
1. Enquadramento.....	27
2. Análise da situação	28
2.1. Critérios formais	30
2.2. Critérios Materiais	31
2.2.1. <i>Partes</i>	32
2.2.2. <i>Identidade do Pedido</i>	35
2.2.3. <i>Causa de pedir</i>	36
A. Causa de pedir	38
B. Factos principais e não principais.....	39
C. Pedido	41
D. Concurso de normas	42
3. Processos paralelos.....	43
3.1. Enquadramento.....	43
3.2. Processos paralelos em sedes jurisdicionais diferentes.....	44

3.2.1. Princípio da Competência da Competência	49
3.3. Arbitragens paralelas	51
3.3.1. Ações a decorrer.....	53
3.3.3.1. Audiências concorrentes	55
3.3.3.2. Apensação forçada.....	56
3.3.4. Ação paralela a uma já terminada	59
3.3.4.1. Convenção arbitral	59
3.3.4.2. Competência.....	60
3.3.4.3. Critério de Temporalidade.....	63
3.3.4.4. Excepção de caso julgado	64
4. Conclusões	66
Capítulo IV – Análise de Decisões do CAC.....	67
1. Enquadramento.....	67
2. Atualização dos dados	68
3. Novos dados	76
4. Observações finais.....	79
Capítulo V - Conclusão	82
Bibliografia.....	85